

REVISTA DO CRP-03

5ª EDIÇÃO - AGOSTO DE 2022

60 Anos da Psicologia nos Territórios Baianos

EDITORIAL

O XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), Gestão Psicologias em Movimento, concretiza o lançamento da Revista do CRP-03, edição especial sobre os 60 anos de regulamentação da Psicologia. A publicação é a materialização do grande desafio que é reunir marcos importantes na trajetória de uma profissão com tantas transformações.

A revista traz uma matéria sobre as seis décadas de profissão regulamentada no país, pontuando acontecimentos marcantes no Brasil e com recorte para o estado da Bahia. Apresentamos também a história do CRP-03, desde a mobilização para a instalação da autarquia até as ações pautadas nos dias atuais. A edição conta também com textos sobre os projetos realizados pela Biblioteca do Conselho durante a pandemia, informações sobre as entregas de Carteiras de Identidade Profissional (CIPs) feitas no interior do estado, contribuições da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) para a profissão, e os 16 anos de implantação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) aqui no regional.

É importante lembrar que 2022 é ano de eleições no Sistema Conselhos de Psicologia. Psicólogas e psicólogos baianas/os deverão votar nas/os representantes do CRP-03 e na Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia, entre os dias 23 e 27 de agosto, no formato 100% on-line. É neste momento que podemos exercer o nosso direito de escolher quais são os rumos que queremos para a Psicologia brasileira.

Nos últimos três anos, a Psicologia baiana precisou se reinventar. Primeiro, a partir da pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus. Em seguida, um contexto de emergência e calamidade pública em algumas regiões da Bahia, em decorrência das fortes chuvas que atingiram o estado, produzindo ainda mais desigualdades sociais e o adoecimento psíquico. Precisou-se repensar em uma forma de serviço que atendesse todas as pessoas, especialmente as populações historicamente mais vulneráveis, no que diz respeito aos marcadores de: raça, etnia, classe, gênero, orientações sexuais, deficiências, idade, entre outras categorias.

Destacamos também que a Psicologia baiana vem conquistando vários espaços de atuação e articulação, especialmente junto aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada, lutando ao longo desses anos pela consolidação da Psicologia na Bahia e no Brasil, com lutas em defesa do SUS, do SUAS, do movimento de luta antimanicomial e de defesa da reforma psiquiátrica. Essa caminhada está apoiada nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e das Políticas Públicas, compreendendo a importância da democracia, da garantia de direitos, da valorização da educação, da saúde, da ciência e da população.



EXPEDIENTE



EDIÇÃO 05, REVISTA DO CRP-03
Versão on-line no site www.crp03.org.br

Todos os direitos desta edição são reservados ao Conselho Regional de Psicologia da Bahia, com sede na Rua Professor Aristides Novis, 27, bairro Federação, Salvador - BA. Subsedes em Feira de Santana, na Avenida Senhor dos Passos, 935, bairro Centro, Centro Comercial Carmac, sala 214, e em Vitória da Conquista, na Avenida Olívia Flores, bairro Candeias, Empresarial Olívia Flores, 286, 5º andar, sala 506. Escritório de Apoio em Itabuna, na Avenida Princesa Isabel, bairro São Caetano, Ed. Trade Center, 1º andar, sala 114.

Diretoria: Presidenta: Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210)
Vice-presidente: Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280)
Tesoureiro: Ezevaldo Aquino dos Santos (CRP-03/9946)
Secretário: Rogério da Silva Abílio (CRP-03/3208)

Demais conselheiras/os: Adelvan Alcântara Lima Filho (CRP-03/12187), Álvaro Pinto Palha Junior (CRP03/17376), Ana Caroline Moura Cabral (CRP-03/5541), Anderson Fontes Passos Guimarães (CRP-03/6680), Atanael Ribeiro da Silva Weber (CRP-03/13293), Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/12600), Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974), Jaqueline Anjos Silva (CRP-03/8481), Jacilânia Rodrigues Barros (CRP-03/5665), Leísa Mendes de Sousa (CRP-03/3977), Vanina Miranda da Cruz (CRP-03/3228), Washington Luan Gonçalves de Oliveira (CRP-03/18055) e Wendell Santana Ferreira (CRP-03/12901).

Comissão Organizadora: Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974), Ilailson Rocha de Siqueira (CRP-03/23791), Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621) e Washington Luan Gonçalves de Oliveira (CRP-03/18055).

Psicólogas/os convidadas/os: Gabriela Evangelista Pereira (CRP-03/6656), Natani Evlin Lima Dias (CRP-0316212), Helena Miranda dos Santos (CRP-03/5055), Antonio Rogério C. Greenhalgh (CRP-03/2012) e Tais Cardoso Britto (CRP-03/10551).

Jornalistas responsáveis: Donminique Azevedo Santos (DRT/BA:4704) e Gabriela Bastos (DRT/BA:3360).

Colaboradoras/es: Everton de Jesus da Silva e Rosaline Barreto Otero.

Revisão: Beatriz Giorgi.

Projeto Gráfico e Diagramação: Elisangela de Lima Sandes.

ERRATA

Retifica-se que, diferentemente do que publicamos no primeiro arquivo disponibilizado no site do CRP-03, cometemos o equívoco de não informar corretamente os dados de identificação da psicóloga Thais Maria Machado Silva (CRP-03/6660), na reportagem Psicologia, Políticas Públicas e Pandemia: Vulnerabilidades e desigualdades sociais, publicada na 4ª edição da Revista do CRP-03, em agosto de 2020. Informamos que imediatamente à identificação do erro, o nome da profissional foi corrigido e um novo arquivo foi disponibilizado em nosso site. Aproveitamos este espaço para remissão, mais uma vez, mediante à fonte consultada.

SUMÁRIO

6 **CREPOP**
Psicologia e Políticas Públicas: 16 anos do CREPOP Bahia

8 **HISTÓRIA**
60 Anos da Psicologia nos Territórios Baianos

23 **ELEIÇÕES**
Categoria elege próxima gestão do CRP-03 e CFP em agosto

36 **LUTAS E CONQUISTAS**
CRP-03 celebra lutas e conquistas nos seus 48 anos de atuação

44 **COF**
COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:
quase meio século de contribuição para o exercício profissional da Psicologia no estado da Bahia

47 **HISTÓRICO DOS PLENÁRIOS DO CRP-03**

50 **ENTREVISTA**
PSICOLOGIA E RACISMO
“Há uma diferença entre o ‘saber’ sobre o problema e o ‘saber fazer’ frente o problema”

54 **FALA, PSI**
Quais são os desafios da Psicologia para os próximos 60 anos?

56 **BIBLIOTECA**
Biblioteca CRP-03 e os projetos desenvolvidos na pandemia

58 **RELATO DE EXPERIÊNCIA**
A sua atuação é Anticapacitista?
Pelo pertencimento de corpos Deficas

60 **COMINTER**
Comissão de Interiorização realiza entrega nas oito regiões da Bahia

63 **INFORMES DO CRP-03**

Psicologia e Políticas Públicas: 16 anos do CREPOP Bahia

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é um setor permanente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de caráter operacional, estratégico e investigativo em Psicologia, com a finalidade de produzir referências técnicas para orientação e qualificação do exercício profissional das/os psicólogas/os no âmbito das Políticas Públicas. Em atividade desde 2006, como deliberação do V Congresso Nacional da Psicologia (CNP), o Centro é estruturado em Rede, com uma Coordenação Nacional, no CFP, e Coordenações Regionais, nos CRPs.

Na Bahia, o CREPOP foi implantado em 2006, sendo um dos pioneiros e, em 2022, completa 16 anos de trabalhos desenvolvidos no território baiano. Apesar de sua longa trajetória, o CREPOP só se tornou setor permanente do Sistema Conselhos a partir da aprovação da minuta de resolução durante a APAF de abril de 2022, após intensos trabalhos da equipe técnica da Rede (CFP e CRPs) em defender e valorizar o trabalho realizado pelo Centro em todas as suas instâncias (nacional e regionais). Nesse percurso, a unidade do CRP-03 tem trabalhado em duas frentes de ações: atividades da Rede CREPOP, relacionadas ao plano de trabalho nacional, e atividades da agenda local, enquanto recurso de gestão.

Na agenda nacional, participou de todas as pesquisas, realizando, a partir da metodologia do Centro, o levantamento dos marcos lógicos e legais, serviços, programas, profissionais e entrevistas com as psicólogas/os das políticas investigadas, colaborando com a produção das 25 referências técnicas publicadas. Até o momento, já foram referenciadas as políticas de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública, dentre outras, e temas transversais, como Relações Raciais, conforme figura 1.





Figura 1







Em âmbito local, o Centro realiza pesquisas regionais, concernentes às demandas da categoria no estado, assim como atividades enquanto recurso de gestão, na elaboração e desenvolvimento de projetos e assessoria às Comissões e Grupos de Trabalho do CRP-03. Dentre as diversas ações realizadas, destacam-se: pesquisas locais, como a atuação das/os psicólogas/os nos espaços do Controle Social e o levantamento *Experiências e percepções de psicólogas/os em relação à atuação durante a pandemia do coronavírus e enfrentamento da COVID-19*; realização de eventos, sendo o de maior porte a *Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas*, que já está em sua terceira edição; articulação com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) na orientação à categoria em atuação nas Políticas Públicas, ação permanente e que teve como desdobramento a publicação de documentos como o *Guia de perguntas e respostas – atuação da psicologia na Política de Assistência Social.*

Ao longo de sua trajetória, o Centro é também campo de estágio para as/os estudantes, possibilitando o aprendizado sobre pesquisa, Psicologia e Políticas Públicas, contribuindo para a construção de reflexões críticas frente à atuação da Psicologia nesse campo. Além disso, tem utilizado recursos diversos como estratégias para aproximação com a categoria, gestoras/es e Instituições de Ensino Superior (IES), no intuito de fomentar espaços de debates e fortalecer a práxis da Psicologia na esfera institucional pública.

Compreende-se que a amplitude das ações desenvolvidas pelo CREPOP Bahia é resultado do investimento do regional no setor ao longo deste período. Nesse sentido, desde os anos iniciais, o centro já contava com psicóloga técnica e estagiárias e teve sua equipe ampliada em 2018, com a contratação de profissionais tanto para a Sede, como para a Subsede Sudoeste. Dessa forma, atendendo ao plano de interiorização, o CREPOP 03 tem o diferencial de possuir equipe em Salvador e Vitória da Conquista.

Para saber mais sobre o CREPOP BAHIA e suas publicações, acesse https://crp03.org.br/crepop/sobre

Em seus 16 anos, o CREPOP 03 tem contribuído de forma relevante para o campo da Psicologia baiana e brasileira e sua interface com as Políticas Públicas. As pesquisas permanentes possibilitam o conhecimento sobre a configuração das Políticas Públicas na Bahia, o trabalho desenvolvido, identificação dos serviços, o quantitativo de profissionais atuando e as características contratuais. Esse conjunto de dados reúne informações oportunas que permitem análises sobre a inserção, particularidades das práticas de cada região e condições de trabalho das/os psicólogas/os nesse campo de atuação.

Para além das ações mencionadas, observa-se que a aproximação das IES e dos serviços tem se configurado como estratégia potente, influenciando na formação do futuro profissional e na educação permanente/continuada daqueles que já estão inseridos nos programas e ações. Dessa forma, o CREPOP tem cumprido a função de ofertar orientações, com caráter técnico, ético e político, e de fortalecimento da presença da Psicologia no campo das Políticas Públicas, por meio de uma prática comprometida com a defesa dos Direitos Humanos e com a redução das discriminações e desigualdades sociais.

Temas das Pesquisas do CREPOP em 2022 (1):

- Atuação de psicólogas(os) na política de atenção às pessoas com deficiência;

- Atuação de psicólogas(os) nos Serviços-Escola de Psicologia;

- Atuação de psicólogas(os) nos espaços de Controle Social (2)

(1) Temas deliberados na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) realizada em novembro de 2021

(2) Referência elaborada por meio de comissão de especialistas.



60 ANOS DA PSICOLOGIA NOS TERRITÓRIOS BAIANOS

Resgatando o histórico da profissão, reportagem especial discute uma série de temas que atravessam a profissão.

Marco histórico dos 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil, o ano de 2022 se apresenta como oportuno para resgatar as conquistas e desafios da profissão no Brasil, sob a ótica baiana e nordestina. É um convite para reflexão e, sobretudo, para ação.

Pensar na história da Psicologia requer voltar no tempo, uma vez que as raízes são de bem antes de 1962, ano da regulamentação da profissão de psicóloga e psicólogo. É imprescindível refletir sobre como essas trajetórias se relacionam com a própria formação do povo brasileiro. Isso porque uma série de eventos impulsionaram a elaboração de um saber psicológico que, mais tarde, serviria como matriz para a Psicologia brasileira e baiana.

DO COMEÇO

Refazer esse percurso exige refletir, criticamente, sobre o passado brasileiro, considerando os saberes indígenas que por aqui já estavam antes da invasão portuguesa. Requer pensar sobre a violenta colonização e como esta foi atravessada pela veiculação de ideias de interesse da Psicologia e pelos processos de consolidação da profissão até os desafios atuais.

Pesquisadoras/es costumam dividir a história da Psicologia em períodos emblemáticos, geralmente observando marcos a partir da colonização. Apesar da ausência de registros, não se pode descartar a existência de saberes psicológicos dos povos originários e dos africanos sequestrados para serem escravizados. São histórias que precisam ser contadas.

Todavia, sabe-se, até aqui, que, enviesada por uma série de problemáticas, a desorganização política, econômica e social do Brasil Colonial — marcada por uma série de violações — trouxe consigo demandas que, mais tarde, motivariam os estudos no contexto da Psicologia.

O psicólogo e professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (CRP-03/000268), resgata que um importante marco para a história da Psicologia se deu na Bahia, no dia 18 de fevereiro de 1808, com a criação da primeira faculdade de medicina do país, a Faculdade de Medicina da Bahia, antes intitulada Escola de Cirurgia da Bahia. “Foi um centro no século XIX e século XX, inicial, em que assuntos, temáticas, fenômenos psicológicos eram estudados, debatidos, geravam teses. No Nordeste, tínhamos Pernambuco e Bahia como dois centros pioneiros. No caso da Bahia, é porque a Faculdade de Medicina é a mais antiga do país, com grandes pensadores, estudiosos”, explica.



CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (CRP-03/000268)

Sem cursos de Psicologia nesse período, durante longos anos, a Faculdade de Medicina da Bahia produziu uma vasta literatura no período colonial pautando fenômenos psicológicos com atravessamento por uma série de temas. As produções refletiam o pensamento da elite cultural do período colonial brasileiro, influenciado pelas produções da Europa. Essas produções ocorreriam não somente no contexto dos estudos médicos, mas, também, nos filosóficos, pedagógicos, dentre outros.

Virgílio antecipa que a situação na Bahia refletia aquilo que acontecia no país, em geral, no que diz respeito a como a sociedade brasileira foi impactada pelo avanço da Psicologia em outros países. “Nós tivemos muitos pioneiros que vinham com aquilo que estava sendo produzido, sobretudo, na Europa. Por exemplo, nós tivemos todo um desenvolvimento de medidas, de avaliação psicológica, de diagnósticos. Tais instrumentos eram usados especialmente nos contextos escolares de trabalho. Nós tivemos um centro importante que era o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), congruente com todo aquele movimento lá do Primeiro Mundo, no Pré e Pós-guerra. Como não tínhamos cursos de Psicologia e não se fazia pesquisa em Psicologia, toda a nossa formação era, em alguma medida, algo que vinha de fora e sempre com algumas décadas de atraso. Mas, é evidente que, em outras formações – Medicina, Educação e Filosofia, sobretudo, temáticas da Psicologia eram objeto de interesse”, conta.

Com o passar do tempo, o campo foi se adensando com profissionais de outras áreas. Sendo das primeiras gerações do primeiro curso de Psicologia na Bahia, Virgílio lembra que alguns dos seus professores eram filósofos e, em maior número, médicos psiquiatras. “Tivemos professores que fizeram o curso de Psicologia junto com a gente. Já eram professoras/es do curso, mas faziam o curso para se tornarem psicólogas/os. Isso era no final dos anos 60 e na década de 70. Tínhamos um déficit muito grande de professores da Psicologia”, relembra.





CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL

Vera Felicidade de Almeida Campos (CRP-03/00014)

DA FORMAÇÃO

Com os saberes e as, até então, chamadas práticas psicológicas, concentrados na Educação, Filosofia e Medicina, em prol da institucionalização da profissão de Psicologia no Brasil, diversos grupos se mobilizaram na Bahia para a criação do primeiro curso de Psicologia. O que somente iria ocorrer em 1968, na estrutura da Universidade da Bahia que mais tarde passaria a se chamar Universidade Federal da Bahia, com a primeira turma começando em 1969. Antes disso, em 1958, foi criado o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) como parte, também, da Universidade Federal da Bahia, que tinha como foco a assistência psicológica e escolha profissional com a população jovem na cidade de Salvador. "Nós tivemos um pequeno atraso no começo do primeiro curso e passamos 20 anos sendo um único curso no estado da Bahia. Começamos tendo, inclusive, que trazer docentes de São Paulo, para ministrarem disciplinas constantes do então currículo mínimo vigente — por exemplo, Psicologia Experimental. Mas tínhamos também já um grupo de profissionais que tinham o título de psicóloga/o em função da Lei que reconheceu a profissão em 1962 e que reconheceu que profissionais, mesmo sem ter a formação, atuavam como psicólogas/os", recorda.

É necessário destacar que os precedentes históricos da formação das/os primeiras/os psicólogas/os baianas/os são de 3 anos antes do registro de criação do primeiro Curso de Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Isso porque o Instituto de Psicologia da Bahia foi fundado no ano de 1965 por Martin Dubois, conhecido como Irmão Dubois. A instituição é considerada como o primeiro espaço multidisciplinar que ofereceu relevantes trabalhos em áreas da testagem psicológica na capital baiana.

Com CRP de número 14, a psicóloga Vera Felicidade de Almeida Campos (CRP-03/0014) fez parte da primeira turma da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1964. "A profissão acabava de ser regulamentada no Brasil, meus colegas de turma nesse curso eram os diretores do ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional) e de outras instituições que realizavam atendimento psicológico", recorda.

Vera lembra que tanto ela como todos os alunos da sua turma já tinham alguma experiência com Psicologia (estudos autodidatas e experiências diversas de trabalho). Com a inexistência de graduação em Psicologia, era muito comum cursos diversos, principalmente de extensão, no campo da Psicologia. "No meu caso, ainda no início dos anos 1960, trabalhei sob orientação no Hospital Juliano Moreira aqui em Salvador, na aplicação de testes de Rorschach para confronto de diagnósticos clínicos, e, logo depois, no Rio de Janeiro, no ITOS (Instituto Técnico de Orientação e Seleção) e na General Electric, trabalhando em orientação vocacional e seleção profissional", rememora a psicóloga.

> "Como não tínhamos cursos de Psicologia e não se fazia pesquisa em Psicologia, toda a nossa formação era, em alguma medida, algo que vinha de fora e sempre com algumas décadas de atraso"
>
> ANTONIO VIRGÍLIO BITTENCOURT BASTOS

No início, a matriz de formação da Psicologia tinha influência forte do campo da Clínica, da Psicanálise, da Psiquiatria e Avaliação Psicológica. Na Bahia não era diferente. Virgílio lembra que o currículo levava em consideração a lei que regulamentou o exercício. "Tínhamos uma matriz da clínica, da educação (sobretudo uma tradição de avaliação psicológica em contextos educacionais) e uma matriz do trabalho (voltado para avaliação e seleção de pessoal). O currículo mínimo que foi criado junto com a regulamentação da profissão refletia essas ênfases. Por exemplo, nós tínhamos muitas disciplinas de testes psicológicos, da clínica (as Clínicas-Escola eram os únicos locais de estágio). Havia um peso grande também de psicopatologia, pois os hospitais psiquiátricos eram espaços para atividades práticas, e tínhamos importantes docentes que eram psiquiatras. Não havia, como passou a ser exigido ao longo do tempo, um espaço para a formação em pesquisa, apesar da oferta do curso de Bacharelado. Uma tradição mais acadêmica de pesquisa vinha de São Paulo — era de análise do comportamento que possuía o laboratório como espaço para o ensino dos princípios do comportamento", revela Virgílio.

DA REGULAMENTAÇÃO

Por meio da Lei 4.119, promulgada em 27 de agosto de 1962, foram regulamentadas a profissão de psicóloga/o, bem como o currículo mínimo dos cursos de graduação em Psicologia. Nove anos mais tarde, em dezembro de 1971, ocorria a criação e regulamentação do Conselho Federal Psicologia (CFP) e seus Regionais, a partir da Lei Federal Nº 5.766. O CRP-03 foi instituído em 1974, por meio da Resolução CFP Nº 5 que dispõe sobre a instalação do Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região (Bahia e Sergipe). A psicóloga Eurisa Maria de Santana (CRP-03/835), representante do CRP-03 por uma gestão e conselheira do CRP-03 em duas gestões, salienta a importância da criação dos regionais, pontuando o caráter estruturante do Conselho enquanto articulador da formação de um espaço para que a/o psicóloga/o, uma vez formada/o qualitativa e legitimamente, pudesse atuar na sociedade.

Com movimentos para estabelecer os limites de atuação, principalmente pela defesa do próprio campo profissional, os primeiros anos de regulamentação foram



CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL

Eurisa Maria de Santana (CRP-03/00835)

marcados também por questionamentos sobre o papel da Psicologia no ambiente universitário e por parte de profissionais que estavam insatisfeitos com a visão elitista. Assim, no final dos anos 70 e início de 80, com o processo de redemocratização, intensificou-se o debate sobre a necessidade de ampliar os espaços. "Nós tínhamos questionamentos sobre a Clínica que não era acessível. Começou a discussão sobre a necessidade de a Psicologia ter outros níveis de intervenção, que não apenas no indivíduo", lembra Virgílio.



CRÉDITO: CRP-03

Alessandra Santos de Almeida (CRP-03/03642)

DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO (NO INÍCIO)

Na segunda metade do século 20, três polos se apresentaram como os principais campos de atuação nos primeiros anos de regulamentação: "Eram a Clínica, Organizacional e Educacional", lembra Eurisa. Na Bahia, um intenso processo de industrialização nos anos de 70-80 concentrou as relações com o mundo do trabalho na capital e na região metropolitana. "Em Salvador e região tínhamos empresas, organizações industriais, que incorporavam profissionais de Psicologia, principalmente, na área de seleção e treinamento. Notadamente, as regiões industriais do Polo Petroquímico de Camaçari e Centro Industrial de Aratu abrigavam muitos profissionais atuantes em recursos humanos com perfil de excelência, em ação técnica, que se revelava em trabalho organizacional da empresa e também coletivo. Tinha um desenho de compartilhamento de estudos, de iniciativas voltadas para a humanização do ambiente de trabalho, equipes multiprofissionais, já naquele período — concomitante a um intenso trabalho de articulação e luta do movimento sindical. O movimento integrador da Psicologia Organizacional foi muito forte", resgata Eurisa.



CRÉDITO: Secom Bahia from Bahia/Brasil - Peroxy Bahia, CC BY 2.0, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=19841473

Atuando nas áreas Organizacional e do Trabalho, profissionais de Psicologia foram incorporadas/os, principalmente, no Pólo Petroquímico de Camaçari e Centro Industrial de Aratu.

"Muita gente da Psicologia passou a trabalhar em organizações. Tanto é que na pesquisa do início dos anos 80, a Bahia era um dos estados em que nós tínhamos mais psicólogas/os organizacionais do trabalho, porque o Polo Petroquímico era o maior da América Latina, com empresas multinacionais que já vinham com processos de gestão de pessoas. Eram muitas pessoas indo para um campo novo", conta Virgílio.

Virgílio lembra também que, no final dos anos 70, começaram a haver, junto ao período da Ditadura Militar, questionamentos sobre o papel social da Psicologia, principalmente no ambiente acadêmico. "Começava a se ver que a Psicologia poderia ser aplicada em muitos outros campos. A formação terminava formatando o exercício profissional. Era tudo muito concentrado na clínica, na escola ou no trabalho. E tudo isso com este modelo muito reduzido de intervenção, muito mais centrado nos indivíduos", observa Virgílio.



CRÉDITO: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú

Para defender e organizar a categoria, entidades regulamentadoras do exercício profissional foram criadas, frente ao contexto turbulento imposto pela ditadura civil-militar no Brasil.

Refletindo as demandas da sociedade brasileira, a Psicologia precisou se organizar e se reinventar, como completa Alessandra Santos de Almeida (CRP-03/3642): "Nós temos uma profissão que se forjou na década de 60 nos anos de chumbo. A gente teve uma profissão — como a maioria das profissões que são forjadas nesse ideal burguês — que é de acomodação, de controle de corpos, das pessoas, de conformação de pessoas. Ao longo desses 60 anos, vimos uma Psicologia se organizando e dizendo: nós viemos daqui, mas não queremos voltar, nós não admitimos isso aqui. A gente tem essa referência para olhar para trás e dizer: queremos um outro horizonte".

DO COMPROMISSO COM O SOCIAL

No final do século 20, principalmente na década de 80, cresceram os movimentos para ampliação da atuação da Psicologia, a partir da participação nos movimentos de luta social e política para afirmação de direitos no País. Com espaços de trabalho reduzidos, condições precárias, insatisfação com a formação e desafio de como ampliar os campos de atuação profissional, ficou cada vez mais intenso o debate sobre como a Psicologia poderia se aproximar do social, expandindo-se para disputar outras narrativas.

Virgílio lembra que as discussões críticas sobre o exercício profissional que surgiram ainda no final dos anos 1970 ganharam, no final dos anos 1980, a direção por identificar tendências inovadoras, iniciativas de ampliação do escopo do trabalho em Psicologia. Essa discussão e muitas experimentações estiveram presentes, sobretudo, no ambiente acadêmico e terminaram apontando rumos que mais adiante foram configurando uma nova face do exercício profissional. "Com a redemocratização, com a criação, por exemplo, do SUS, abriu-se o primeiro espaço de inserção da Psicologia numa política pública no campo da saúde. Isso provocou uma mudança bastante significativa no campo profissional. A primeira grande porta de saída daquele modelo mais clássico de atuação clínica no consultório particular", declara, pontuando a falta de preparo das/os psicólogas/os para atuação nesses campos que se apresentavam, uma vez que o modelo de formação ainda era muito tradicional.

"Considero muito significativa a ampliação do campo de atuação da/o psicóloga/o (nas comunidades, hospitais, situações de emergência e acidentes) graças às leis reguladoras da profissão e à existência dos Conselhos de Psicologia, principalmente. As diversas abordagens psicológicas e os constantes posicionamentos dos psicólogas/os acabaram com muitos preconceitos e permitiram, apesar de inúmeros entraves sociais, políticos e econômicos, que a sociedade brasileira tenha uma atitude mais humanitária, menos preconceituosa ao refletir sobre problemas e mudanças básicas, especialmente com relação à sexualidade, ao trabalho e à participação das mulheres na vida pública. As discussões psicológicas permitiram ampliação de perspectivas, apesar das restrições políticas, sociais e econômicas que foram sofridas em nosso país, principalmente durante a Ditadura Militar. Nos



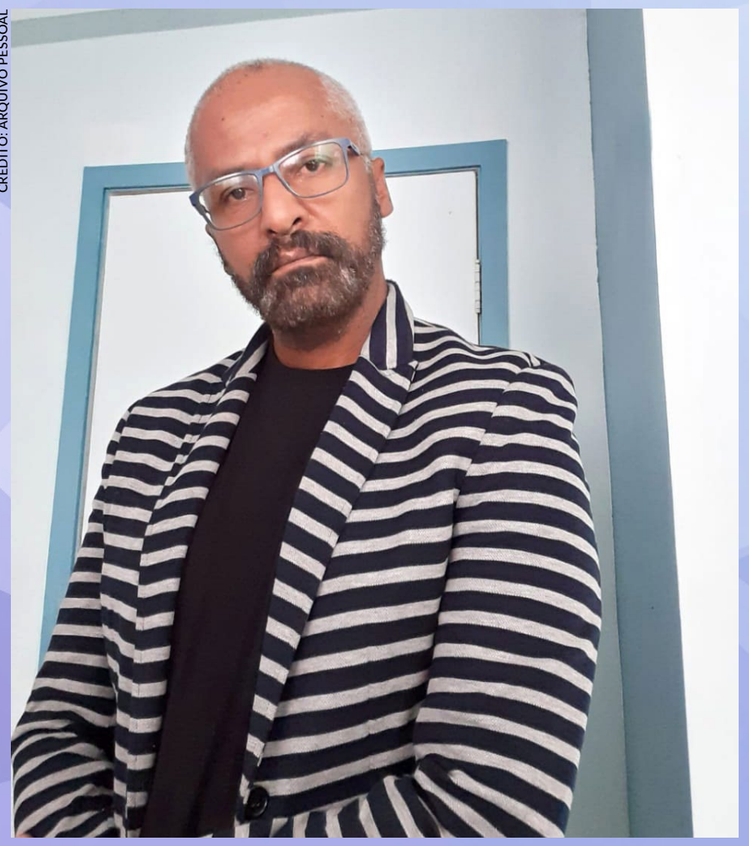
CRÉDITO: CRP-03

anos 1960, 70 e 80, a Psicologia muito 'arejou este país'", considera Vera Felicidade, precursora da Psicoterapia Gestaltista.

Virgílio explica que o currículo de Psicologia na Bahia vigorou desde o início do curso em 1968, que só veio a mudar em 1997, com a reforma curricular inspirada nas novas Diretrizes Curriculares que estavam sendo construídas em substituição ao Currículo Mínimo, em vigor desde 1962. "Esta mudança política, digamos assim, de orientação, de ampliação, de ocupação de espaços, de trazer mais a realidade à nossa população, só fez crescer a partir dos anos 90, até porque o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais passaram a liderar este movimento que é de uma Psicologia com compromisso social. Nos anos 2000 aparece a inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)", relembra Virgílio acrescendo que, até hoje, o SUS e o SUAS são dois importantes campos de políticas públicas em que a Psicologia se insere.

Para que a Psicologia se constituísse como ciência e profissão, como resgata o psicólogo e conselheiro do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Ezevaldo Aquino dos Santos (CRP-03/9946), diversos fatos históricos e pautas de conflitos de interesses fizeram parte dessa construção. Ezevaldo acentua que mulheres e homens diversas/os contribuíram direta e indiretamente para que a Psicologia alcançasse o patamar que nestes 60 anos se encontra. "Uma Psicologia que vislumbrou no seu início estudos associados às emoções, adoecimento mental, desajuste comportamental, delinquência e acolhimento de crianças, adolescentes, adultos e idosos, hoje, caminha por diferentes áreas e contextos diversos, como: social, clínico, hospitalar, jurídico, escolar e educacional, organizacional e do trabalho, entre outras", pondera.

CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL



Ezevaldo Aquino dos Santos (CRP-03/CRP-03/00268)

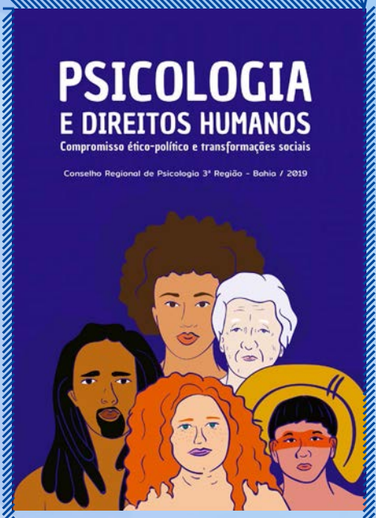
DA IMPLICAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS

"A nossa história não tem como ser dissociada dos Direitos Humanos. Nós somos um país que foi forjado pelo tráfico de pessoas e pelo genocídio dos povos indígenas, com a usurpação das suas terras. Daí só piorou. A gente está agora na tentativa de mover estruturas porque é imprescindível que estruturas sejam movidas, inclusive dentro do nosso próprio percurso de sistema de Conselhos Regionais (CRs)". Assim, Alessandra, que já foi conselheira no regional da Bahia, elucida a defesa inegociável dos Direitos Humanos por parte da Psicologia, manifestando o protagonismo dos movimentos sociais para esta compreensão e conquistas.

Eurisa observa as constantes críticas, muitas vezes direcionadas ao Conselho, relacionadas às lutas sociais: "questiona-se as pautas sociais defendidas como lutas, integrando o escopo de atenção do Conselho, como campo da/o psicóloga/o, ou defesa do sistema conselhos", salienta pontuando que "esta percepção "provocou o participar para conhecer".

Alessandra reforça que é impossível descolar a atuação da Psicologia junto aos movimentos sociais. Compreendendo essa relação, o Sistema Conselhos de Psicologia participa, ativamente, das lutas pela garantia dos Direitos Humanos. O CRP-03, por exemplo, registra, ao longo da sua trajetória, articulações para promoção, dentro da Psicologia, do debate racial, de gênero, antimanicomial, anticapacitista, antiLGBTIfóbico e em atenção às Políticas Públicas. A partir de diálogos abrangentes, plurais e inclusivos, criou comissões e grupos de trabalho para orientar e mobilizar a categoria no enfrentamento à violação de direitos.

CRÉDITO: CRP-03



O Sistema Conselhos de Psicologia, vem ao longo dos anos, debatendo com a categoria e as/os estudantes sobre temas e áreas emergentes de atuação na perspectiva. O CRP-03, por exemplo, lançou em 2019 o Livreto: Psicologia e Direitos Humanos, que pode ser acessada pelo QR Code

DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO

Até os anos 1990, como lembra Virgílio, a Psicologia era uma profissão das grandes metrópoles, das grandes cidades, das grandes capitais, pois era onde estavam localizadas as universidades e faculdades que abrigavam os cursos de Psicologia. Atualmente, mais da metade (10.880) das/os psicólogas/os ativas/os residem no interior do estado da Bahia. O cenário atual é reflexo do deslocamento de um contingente expressivo de profissionais para o interior, desde a regulamentação, a fim de atender às novas territorialidades da profissão.

No artigo, "Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade" (2011), João Paulo Macedo e Magda Dimenstein explicam que três fatores ajudam a entender os movimentos de expansão da categoria observados nas últimas décadas. De acordo com os autores, tal crescimento decorre da "ampliação do número de psicólogas/os que atuam no campo do bem-estar social, através de inúmeros programas, projetos e serviços na área da saúde, saúde mental e assistência social" e do "expressivo número de cursos de Psicologia em funcionamento nos diversos estabelecimentos de ensino superior das mais variadas localidades e regiões do País". Acrescenta-se ainda "o processo de transição e reestruturação urbana por que passa o Brasil na atualidade", segundo João Paulo Macedo e Magda Dimenstein.

> "Faltavam profissionais que tivessem uma visão mais territorializada. Esse movimento de interiorização acabou acontecendo à medida que essas demandas foram crescendo, começam a surgir cursos de Psicologia"
>
> KUEYLA BITTENCOURT



CRÉDITO: CRP-03

Com uma trajetória de atuação para a expansão da Psicologia, Eurisa resgata e relembra o movimento das/os profissionais no interior, abrindo trilhas para as futuras (atuais) gerações. Do acolhimento aos que chegavam à luta e enfrentamentos aos desafios em formar um grupo de profissionais que também cumprisse seu papel social junto à comunidade. Ela lembra, por exemplo, que desde a década de 80 já existia representação do Conselho no Sul da Bahia, atualmente conhecida como Região Santa Cruz. “Psicólogas pioneiras, como Graça Campos, Rosangela Oliveira, foram representantes, faziam de seus espaços profissionais o próprio espaço de reuniões e suas articulações com as respectivas direções e foram basilares à ampliação das ações do Conselho, categoria e sociedade. Outras colegas cediam salas de suas casas, escolas, consultórios, em Itabuna e Ilhéus. Com a Associação Baiana dos Profissionais de Psicologia - Seccional Sul, também representada na cidade de Itabuna, reuniam-se simultaneamente, com igual integração na promoção de eventos para psicólogas/os e para a comunidade. Serviços do campo de conhecimento e profissão em Psicologia eram prestados para a população, em escola ou espaço cedido por igrejas, sob a convocação Psicologia para a Comunidade — que marcava a celebração do ‘Dia do Psicólogo’, havia o apoio e patrocínio de empresários locais”, rememora. Ela complementa que: ”atualmente percebe no evento anual Psicologia na Praça reflexos desse compromisso social da categoria regional e do CRP-03, que amplia e aperfeiçoa no desenvolvimento de estratégias para alcançar profissionais e comunidades em diferentes territórios da Bahia”.

Kueyla de Andrade Bitencourt (CRP-03/002797) fez parte de duas gestões do CRP-03 e também acompanhou de perto os processos de expansão da Psicologia na Bahia. Ela ressalta a descentralização dos serviços das Políticas Públicas, sobretudo no início dos anos 2000, que demandou profissionais da Psicologia para atuarem no interior. Ela também chama a atenção para a expansão do curso de Psicologia que, até 1998, era ofertado apenas na UFBA.



CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL

Kueyla de Andrade Bitencourt (CRP-03/2797)

“Eu vivi de perto isso aqui na minha Região (Sudoeste). Existia uma demanda por esses profissionais nos serviços, agora descentralizados, e que essa demanda não podia ser cumprida com os profissionais da região, porque a gente não tinha cursos de Psicologia. Geralmente, os profissionais que se formavam e moravam na capital não queriam vir para o interior e a gente tinha aqui alguns profissionais formados em outros estados, porque Vitória da Conquista fica perto do norte de Minas Gerais, então a gente tinha pessoas formadas em outros estados, com outras referências, com outras perspectivas. Faltavam profissionais que tivessem uma visão mais territorializada. Esse movimento de interiorização acabou acontecendo à medida que essas demandas foram crescendo, começando a surgir cursos de Psicologia. A gente tem um crescimento exponencial de cursos, sobretudo no setor privado. A gente tem também a descentralização das universidades federais”, explica Kueyla.

Outro marco político importante no processo de interiorização é a atuação do Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) que, ano passado, completou 15 anos de ação no País. “Quando a gente começou a atuar no interior faltavam referências, não só teóricas, mas práticas também. Ouvíamos falar vagamente sobre alguém que fez alguma coisa em algum lugar. Não existia uma referência, a menos que a gente fosse em algum congresso buscar essas práticas, inspirações. O CREPOP foi muito importante porque trouxe um calor humano maior, pois era uma vivência muito solitária. O CREPOP acabou arregimentando um número de pessoas que trabalhavam em determinados serviços, e essas pessoas passaram a dialogar, trocar informações e também os documentos que surgiram a partir destas reuniões, pesquisa”, conta Kueyla reforçando o papel do Centro para situar o compromisso social e ético da Psicologia com as demandas locais, bem como de referenciar outros regionais. Ela enfatiza ainda a atuação do CREPOP, a partir da trajetória do professor e militante Marcus Vinícius de Oliveira Silva, também conhecido como Marcus Matraga (in memorian). “O CRP-03 teve uma influência muito grande de Marcos Vinicius. Ele era ligado ao movimento da Psicologia que tinha essa perspectiva de compromisso social”, resgata.

Outro marco relevante para ampliação da perspectiva mais política da profissão no interior foi a criação da Comissão de Interiorização pelo CRP-03. Kueyla destaca a importância da articulação da COMINTER para lidar com o aumento das demandas profissionais da Psicologia nos territórios interioranos. “Não só articulação para comemorar o Dia da Psicologia ou da/o psicóloga/o. Articulação para a gente pensar a atuação da Psicologia em contextos sociais e políticos bem diferenciados”, conta Kueyla, recordando o papel do CRP-03 em pautar a interiorização dentro do Sistema Conselhos.

DOS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Se há muito a se comemorar ao longo destas seis décadas da Psicologia, há, também, muito mais a enfrentar nos próximos anos. Para Kueyla de Andrade Bi-

“Precisaremos nos reinventar para dar conta desse país que está devastado”



“A multiplicidade de áreas de atuação, a evolução humana em seus diversos campos de fazer e ser, requer maior atenção para a Psicologia, Ciência e Profissão e profissionais”



“Discutir a precarização do trabalho na psicologia é um dos desafios do momento presente”



“Os principais desafios que se colocam para a psicologia podem ser resumidos em uma palavra: autonomia”



“A Psicologia se estabelece com a força de coletivo de profissionais que vislumbram um futuro melhor para a própria Psicologia e para a sociedade”



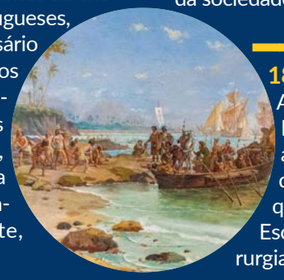
“Em algumas pautas que a gente achava que já tinha avançado, a gente começa a retroceder em função da maior visibilização desses setores mais conservadores”



LINHA DO TEMPO

A Psicologia na Bahia no contexto histórico, político e social brasileiro

Muito antes de 1500
Demarcando a presença dos povos originários nas Américas, especificamente, no Brasil, bem antes da chegada dos portugueses, faz-se necessário reconhecer os saberes indígenas, em suas multiplicidades, para a história do País e, consequentemente, da Psicologia.



1500-1808
A partir da invasão portuguesa em Porto Seguro (BA), passando pelos violentos processos da colonização europeia, há relatos diversos históricos sobre veiculação de ideias de interesse da Psicologia frente às demandas da sociedade brasileira.

1808
Ano em que Dom João assinou o documento que criou a Escola de Cirurgia da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, em visita à cidade de Salvador.

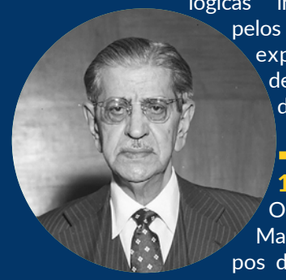


1813
Em 01 de abril de 1813, a Escola de Cirurgia da Bahia foi transformada em Academia Médico-Cirúrgica.

1832
Em 03 de outubro de 1832, a Escola de Cirurgia da Bahia ganhou o nome de Faculdade de Medicina da Bahia, na qual se estudavam e se debatiam assuntos, temáticas e fenômenos psicológicos. A Faculdade de Medicina da Bahia produziu uma vasta literatura no período colonial, pautando fenômenos psicológicos com atravessamento por uma série de temas diversos.

1866
Em 18 de julho foi publicado o primeiro jornal de cunho científico, também conhecido como a Gazeta Médica da Bahia. O periódico era produzido pelo primeiro núcleo de pesquisadores na Bahia no contexto universitário.

1881
Ano em que se inaugurou o laboratório de Psicologia Experimental, que funcionava em uma das salas da Faculdade de Medicina da Bahia.



1900-1910
As produções na Faculdade de Medicina da Bahia passam a ser mais objetivas, inclusive com utilização de métodos e técnicas psicológicas influenciadas pelos laboratórios experimentais de Psicologia da Europa.

1907
O médico Maurício Campos de Medeiros defendeu, no Rio de Janeiro, a tese intitulada A Psicologia Experimental no Brasil. 40 anos depois, ele propôs, na Universidade do Brasil, a criação do Curso de Psicologia Normal nas clínicas psiquiátricas.

1926-1931
Isaias Alves realizou diversos estudos psicológicos com apoio de João Inácio Mendonça, um dos defensores da criação do Curso de Psicologia baiano. Isaias foi um dos importantes fundadores, em 1941, da Faculdade de Filosofia, que, em 1946, foi integrada à Universidade Federal da Bahia.

1957
Seguindo as movimentações em prol da institucionalização da profissão que aconteciam pelo Brasil, na Bahia, um grupo de profissionais psicólogas/os atuantes fundamentaram e promoveram espaços de discussões para a construção do primeiro curso de Psicologia.

1958
Foi criado o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) como parte da Universidade Federal da Bahia, com foco na assistência psicológica e escolha profissional, voltados para a população jovem na cidade de Salvador.



1962
Ocorreu a promulgação da Lei N° 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicóloga/o.

1964
Início da Ditadura Militar no Brasil.

tencourt, um dos maiores desafios está ligado ao recrudescimento dos setores conservadores. “Isso impacta diretamente na Psicologia. Em algumas pautas que a gente achava que já tinha avançado, a gente começa a retroceder em função da maior visibilização desses setores mais conservadores. Como eu trabalho especificamente com gênero e sexualidades, vejo que a Psicologia teve um papel muito importante em pautas como a despatologização da identidade trans, o fim da ‘cura gay’, mas que são pautas que ainda não são unânimes. Nós precisamos continuar em riste, na luta, neste sentido... Essa inquietação precisa ser constante. Um desafio é suscitar essa inquietação”, alerta Kueyla, destacando também a necessidade do combate à desinformação sobre o papel do Conselho de Psicologia.

Eurisa complementa e traz a necessidade de rediscutir a importância do Código de Ética, atualizar e aperfeiçoar os princípios, a partir de uma discussão coletiva. “Nós somos muitas/os, e a cada semestre amplia-se, em centenas, o número de psicólogas/os graduadas/os na Bahia. Milhares, no Brasil. Essa fragilidade do vínculo com o conhecimento dos princípios do porquê de um Código de Ética fragiliza a compreensão da atuação do Conselho. A multiplicidade de áreas de atuação, a evolução humana em seus diversos campos de fazer e ser requerem maior atenção para a Psicologia, Ciência e Profissão e profissionais. Essa distância contribui para a desinformação, o descompromisso, uma multiplicidade de absorção de práticas não psi por psicólogas/os. Novas condutas, novas práticas de manejo imediato, novas (ou não) teorias se evidenciam em um mercado de trabalho estimulado de forma midiática, veloz, com fundamentação complexa (ou não), conclamam a/o psicóloga/o a uma atuação vertiginosa que responda à dinâmica social e do sujeito nesta nossa sociedade, que retorne em recursos para sua sobrevivência”.

Ela aponta ainda a possibilidade de efetivação da participação profissional da Psicologia no contexto da saúde pública, considerando as consequências da pandemia de COVID-19 e no contexto de emergências e desastres, além de observar a descentralização — em relação aos grandes centros acadêmicos já sedimentados — dos estudos nos campos da Psicologia e Educação, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia e Saúde Mental, Psicologia Ciência e Tecnologias, como matrizes do conhecimento para atender os estágios e estados do sujeito na contemporaneidade. “São desafios também das instituições de ensino superior, para a formação de novas/os psicólogas/os” complementa. Eurisa traz ainda a necessidade da inserção da/o psicóloga/o no Sistema Único de Saúde - (SUS), Atenção Básica, como capaz de, integrando a atenção multi e interdisciplinar, possibilitar a prevenção e promoção da saúde integral do sujeito, minimizando riscos e vulnerabilidades psicossociais. Também a ampliação da participação do profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como capaz de contribuir para a compreensão e desenvolvimento da autonomia do sujeito na efetivação dos Direitos Humanos e a promoção da dignidade humana. De acordo com o CENSO SUAS 2019 (com atualizações de 2020), no Brasil, 25.366 psicólogas/os atuam na assistência social, para uma população de 213 milhões de pessoas.

Para Vera Felicidade, “os principais desafios que se colocam para a Psicologia podem ser resumidos em uma palavra: autonomia. A Psicologia não pode ser um ramo da Medicina, um apêndice, um coadjuvante de tratamento médico e das DSMs (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), tampouco ser um andaime da Pedagogia via processos e estudos educativos (Educação), e nem mesmo uma agenda eficaz para adaptação das relações humanas no trabalho e nas quais leis econômicas e sociais que se aplicam. A Psicologia deve, cada vez mais, buscar estabelecer seu próprio lugar, que é apreender o humano, suas motivações, desejos e dificuldades diante do que o constitui e situa: seu corpo, família, escola, trabalho, sociedade, mundo, enfim. É a existência humana que preside e norteia nosso trabalho como psicólogas/os, seja na clínica, na escola, no hospital, na família ou nas comunidades”.

O crescimento vertiginoso de cursos de Psicologia no Brasil impõe outros obstáculos. No cadastro do MEC, em 2021, existiam 1086 cursos de Psicologia autorizados no País. Destes, apenas 115 não tinham iniciado as atividades. De 2016 a 2021, foram criados 371 cursos. Para termos um parâmetro do crescimento vertiginoso, até 1999, eram apenas 199 em funcionamento no território brasileiro. Hoje, 104 cursos estão em instituições públicas e 974 nas instituições privadas. Em 2019, algo em torno de 38 mil psicólogas/os se formaram no Brasil.

“Com esse crescimento, mesmo a expansão do campo de trabalho não consegue absorver tamanho contingente. Parte não desprezível dos que concluem o curso sequer se inscrevem nos Conselhos Regionais, o que significa que não ingressam na profissão. E aqueles que ingressam, muitas vezes, se submetem a condições de trabalho muito precárias. Isso se traduz em remunerações muito baixas, muito aquém do que se espera para uma formação longa e custosa que envolve cinco anos. Muitos combinam vários trabalhos, na Psicologia e fora dela, para ampliarem a sua renda. Discutir a precarização do trabalho na Psicologia é um dos desafios do momento presente. Sabemos que esse não é um quadro específico da Psicologia. A classe trabalhadora, como um todo, vem acumulando perdas de direitos e perdas de remuneração nos últimos anos. Conosco não poderia ser diferente”, explica Virgílio.

Para Virgílio, este crescimento não veio acompanhado necessariamente de qualidade. “A formação é ainda um problema muito sério. A gente não pode generalizar dizendo que os cursos das instituições privadas são de baixa qualidade. Não podemos afirmar isso. Nós temos instituições privadas que dão formação de qualidade, que são efetivamente comprometidas em assegurar uma formação científica e ética. Mas, efetiva-

CRÉDITOS: WIKIPÉDIA; CFP

- Ano em que o Decreto Nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964, regulamentou a Lei Nº 4.119, de 27 agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicóloga/o.

- Criado durante a ditadura militar, o Sistema Conselhos vivenciou a construção de uma categoria crítica ao regime ditatorial.



1965
Ano de criação do Instituto de Psicologia da Bahia, fundado por Martin Dubois, conhecido como Irmão Dubois. É considerado o primeiro espaço multidisciplinar a oferecer trabalhos em áreas da testagem psicológica na cidade de Salvador.

1968
Registro de criação do primeiro Curso de Psicologia da Bahia, na estrutura da Universidade da Bahia que, mais tarde, passaria a se chamar Universidade Federal da Bahia, com a primeira turma começando em 1969.

1971
Criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia pela lei nº 5.766.

1974
Resolução CFP Nº 5, de 17 de agosto, que dispõe sobre a instalação do Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região (Bahia e Sergipe).

1977
O Decreto Nº 79.822 de 17/06/1977 regulamenta a Lei Nº 5.766, de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

1980
A Lei Nº 6.839 de 30/10/1980 dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

1985
Fim do regime ditatorial no Brasil e início dos processos ligados à redemocratização.

1987
Manifesto de Bauru - II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental.

1990
Cria-se o Sistema Único de Saúde (SUS) tendo como referência a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, um marco para a saúde pública no Brasil e novos campos de atuação para a Psicologia.

1994
Congresso Regional Constituinte da Psicologia, hoje considerado o 1º Congresso Regional da Psicologia da Bahia (COREP-BA).

1996
Criação dos primeiros polos do Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região (Bahia e Sergipe).



1999
Resolução CFP Nº 1, de 22 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da Orientação Sexual.

2002
Resolução CFP Nº 18/2002 que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial.

2005
Resolução CFP Nº 10/2005 que aprova o Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o. Também é o ano em que foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com novos campos de atuação para a Psicologia.

2010
Desmembramento do Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região, e criação do CRP-19.

mente, nós temos um contingente enorme de cursos de Psicologia em instituições privadas de baixíssima qualidade e essa ainda se encontra mais ameaçada com o avanço da EAD, da forma pouco qualificada com que tem sido usada — basicamente como um instrumento de barateamento do curso. Isso é algo que nos preocupa com a formação e como isso reverbera no exercício profissional. Eu diria que esse é um dos grandes desafios que a gente tem ainda hoje", pondera, colocando que essa não é uma realidade apenas na Bahia, mas em todo o País.

Virgilio completa que "há um grande desafio que temos que enfrentar: o avanço nas novas tecnologias, refazendo ou redesenhando a nossa atividade profissional. Esse avanço não é isento de muitas preocupações e receios, considerando o fato de sermos, historicamente, uma profissão cuja ação profissional se pauta na relação face a face com os nossos usuários, clientes ou pacientes. A emergência da pandemia do Covid-19 parece ter acelerado um processo de deslocamento de muitas atividades profissionais — não apenas a clínica — para o mundo digital. Possivelmente esse será um movimento sem retorno, e teremos que produzir conhecimento sobre os potenciais impactos dessa mudança na nossa atuação e nos resultados que obtemos. Acredito que nos deparamos hoje com essa grande discussão que marca efetivamente o século XXI, mas ainda vivendo em uma sociedade que não resolveu os problemas históricos e seculares de profunda desigualdade social. Como avançar na construção de uma Psicologia renovada, mas que não perca de vista esse grande problema que nos atravessa como sociedade?", questiona.

Ezevaldo reflete que "a Psicologia, qual ciência e profissão, só pôde ser constituída 60 anos atrás com a luta de muitos personagens canônicos, e hoje, neste ambiente moderno e tão plural, ainda se estabelece com a força de um coletivo de profissionais que vislumbram um futuro melhor para a própria Psicologia e para a sociedade como um todo, respaldando o fazer profissional na garantia irrevogável dos Direitos Humanos".

Nesse sentido, Alessandra complementa: "Precisaremos nos reinventar para dar conta desse país que está devastado. E, evidentemente, entendendo sobre os condicionantes e os determinantes socioeconômicos e políticos da Saúde Mental, isso é um dos desafios mais violentos, considerando o nosso lugar histórico enquanto estado e região. Somos uma região empobrecida, eu falo submetida porque somos riquíssimos em tudo, férteis em tudo, mas fomos submetidos a uma ordem econômica que se estabelece de modo a nos manter e que fica mais violenta com essa conjuntura que a gente está. Por outro lado, tem o fato de não aceitarmos mais voltar para o lugar onde estivemos. É muito o enfrentamento que nós temos pela frente. A gente continua tendo de dar conta dessa crise sanitária, inclusive, que não terminou", finaliza.

SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Por **Ezevaldo Aquino dos Santos** (CRP-03/9946)*

Regulamentada em 1962, ou seja, há 60 anos, no governo de João Goulart a profissão de Psicologia conta, segundo o Sistemas Conselho, com 425.476 psicólogas/os em todo o Brasil. A gerência de todas/os essas/es profissionais é realizada pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (FURTADO, 2012; BRASIL, 2022).
O Sistema Conselhos de Psicologia é uma autarquia que realiza funções atribuídas pelo Governo Federal de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga/o, além de zelar pela fiel observância dos princípios de ética profissional. Os Conselhos de Psicologia surgiram nos anos 70 para orientar e fiscalizar a profissão no Brasil à medida em que a Psicologia foi se inserindo na sociedade brasileira cada vez mais plural e transformada pela industrialização e política vigente na época (Brasil, 1971).

O Sistema Conselho de Psicologia orienta aos profissionais por meio das resoluções, como o Código de Ética e Código de Processamento Disciplinar, sendo que este último tende a definir os parâmetros para o julgamento de infração profissional cometido com base nas tipificações extraídas das demais resoluções (BRASIL, 2019). Para a função de orientação e fiscalização, foram compostas pelo Sistema Conselhos a Comissão de Orientação e Fiscalização, bem como a Comissão de Ética que orientam os profissionais e sociedade civil sobre os trâmites processuais que envolvem denúncias e julgamentos éticos até o trânsito em julgado. A Comissão de Orientação e Fiscalização recebe denúncias de usuários dos serviços psicológicos prestados pela categoria e, diante de alguma irregularidade cometida, busca apurar o que é considerado como infração ética para, assim, encaminhar para a Comissão de Ética, que tipifica a possível infração ou irregularidade profissional, promove oitivas, e, a partir dos dados coletados, encaminha o parecer ao plenário para que sejam dadas as tratativas para um possível julgamento ou mesmo o arquivamento processual (BRASIL, 2019).

DAS ESPECIALIDADES

A atuação da Psicologia tem sido cada vez mais ampliada e com diversas especialidades. A Resolução Nº 03/2022 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) institui condições para concessão e registro de psicólogas e psicólogos especialistas e reconhece 13 áreas de especialidades profissionais da Psicologia. Veja quais são:

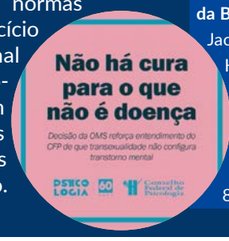
Psicologia Escolar e Educacional;
Psicologia Organizacional e do Trabalho;
Psicologia de Tráfego;
Psicologia Jurídica;
Psicologia do Esporte;
Psicologia Clínica
Psicologia Hospitalar;
Psicopedagogia;
Psicomotricidade;
Psicologia Social;
Neuropsicologia;
Psicologia em Saúde;
Avaliação Psicológica.

2011
Decreto 7.508/2011 que regulamenta a Lei 8.080/1990 que dispõe sobre a organização do SUS. De acordo com o Decreto, o oferecimento de serviços de Atenção Psicossocial será condição obrigatória para a constituição de uma Região de Saúde.

2011
A Lei nº 12.514/2011 dá nova redação ao art. 4o da Lei no 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente, e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

2018
Resolução CFP Nº 1, de 29 de janeiro de 2018, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

2020
Resolução CFP Nº 8, de 07 de julho de 2020, que estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero.



2022
Resolução CFP Nº 8, de 17 de maio de 2022, que estabelece normas de atuação para profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.





FONTES CONSULTADAS:

- Azevedo, S. P. & Tranquilli, A. (2011). **Instituto de Psicologia da Bahia (IPB)** – 1965-1977. In: Jacó-Vilela, A. M. Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil. (pp. 302-303). Imago/CFP
- https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBttqHf9LpWdX-8CHytGJG4x/?lang=pt

A partir das manifestações sociais e da própria categoria sobre atividades profissionais e temas relevantes à profissão, são formados grupos de trabalho que debatem e elaboram documentos que são apreciados na Assembleia das Políticas da Administração e Finanças (APAF) pelos delegados do Conselho Federal e 24 Conselhos Regionais de Psicologia do Brasil (SOTILLI, 2011; AMENDOLA, 2014).

O Sistema Conselhos de Psicologia disponibiliza à categoria e à sociedade em geral um vasto conteúdo sobre a Psicologia por meio de resoluções, jornais, cartilhas, livros, revistas, relatórios, notas e referências técnicas. Também estabelece as condições para concessão e registro de especialidades da Psicologia na Carteira de Identidade Profissional (CIP) (BRASIL, 2022).

Como Psicologia, Ciência e Profissão, é função de todas as entidades da Psicologia Nacional atuarem próximas ao Conselho Federal de Psicologia, e cabe aos profissionais brasileiros manter ativa a inscrição mediante o pagamento da anuidade ao Sistema Conselhos.

FONTES CONSULTADAS:

AMENDOLA, Marcia Ferreira. História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 14, n. 2, p. 660-685, 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971. **Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências**. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. **Conselho Federal de Psicologia. Quantos somos.** [recurso on-line]. Disponível em: http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos.

BRASIL. **Conselho Federal de Psicologia. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019.** Brasília, DF, 2022.

BRASIL. **Conselho Federal de Psicologia. Publicações.** [recurso on-line]. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacoes/todas.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n.º 11, de 26 de junho de 2019. Institui o Novo Código de Processamento Disciplinar (CPD) e revoga a Resolução CFP nº 006/2007**. Brasília, DF, 2019.

FURTADO, Odair. **50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 32, p. 66-85, 2012.

SOTTILI, Thais de Souza. **Oficialização da Psicologia no Brasil: A construção de conhecimentos e práticas em contexto.** 2011.

EZEVALDO AQUINO DOS SANTOS (CRP-03/9946) é conselheiro do CRP-03. Tem Graduação em Psicologia e Graduação em Economia. Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, Mestrado em Psicologia Criminal, Especialização em Psicologia Forense, Especialização em Neuropsicologia, Especialização em Avaliação Psicológica, Especialização em Terapia Cognitivo-comportamental, Especialização em Psicopedagogia, Especialização em Docência Ensino Superior. Atualmente atua como Coordenador do Curso de Psicologia, Docente e Supervisor de Estágio em Avaliação Psicológica, Empregabilidade de Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos, Coordenação da Extensão em Psicologia Forense e Criminal do Centro Universitário UNIFAS e atuação como psicólogo perito e assistente técnico junto ao Sistema de Justiça.

ELEIÇÕES

Categoria elege próxima gestão do CRP-03 e CFP em agosto

Votação será realizada somente na modalidade on-line

As eleições para as/os próximas/os representantes do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia, gestão 2022-2025, serão realizadas neste ano. A votação acontecerá a partir das 8h, do dia 23 de agosto de 2022, até às 17h do dia 27 de agosto de 2022, na modalidade on-line, conforme Resolução CFP Nº 05/21.

A/o psicóloga poderá votar por meio do site eleicoespsicologia.org.br, utilizando qualquer computador, smartphone ou tablet conectado à internet. O CRP-03 também vai disponibilizar Pontos de Apoio à Votação, disponíveis entre 23 e 27 de agosto, das 8h às 17h, para quem não conseguir votar on-line. Os locais estão descritos no site do Conselho, www.crp03.org.br.

A Comissão Regional Eleitoral (CRE) do CRP-03 está disponível para sanar todos os questionamentos das/os profissionais que desejem mais informações sobre as eleições. "Com as mudanças no processo eleitoral, é muito importante que as/os profissionais conheçam os processos e tirem todas as dúvidas", informou Domingos Martins de Souza Filho (CRP-03/20220), presidente da CRE. O psicólogo também convoca a categoria a participar do processo eleitoral para definir os rumos da Psicologia na Bahia e no Brasil: "Neste ano, nós, psicólogos e psicólogas, temos um papel muito importante, que é decidir quem representará a categoria no próximo triênio. Vamos juntos e juntas participar das eleições em prol dos rumos que queremos para a Psicologia nos próximos anos".

Confira as principais informações sobre o processo eleitoral:

Quem pode votar?
Somente as/os psicólogas/os adimplentes com o CRP-03 em relação aos exercícios anteriores, no ato da votação, bem como em pleno gozo de seus direitos. É imprescindível que os dados cadastrais estejam atualizados (CPF, endereço postal, endereço eletrônico, telefone celular).

Qual o prazo para a atualização de cadastro?
Para votar, a/o profissional pode conferir e/ou alterar os seus dados até 14 de agosto de 2022, diretamente com o CRP-03, por meio do e-mail **atende@crp03.org.br.** A atualização também pode ser feita pelo Cadastro Nacional de Psicólogas/os, http://cadastro.cfp.org.br/atualizadados, até às 18h, horário de Brasília-DF, do dia 29 de julho de 2022.

O voto é obrigatório?
O voto é obrigatório, secreto, pessoal e intransferível, dado à chapa completa, entre as inscritas e habilitadas ao pleito. Para as/os psicólogas/os com idade a partir de 65 (sessenta e cinco) anos o voto é facultativo.

Como saber se estou apta/o a votar?
É necessário consultar a opção "Colégio Eleitoral" para saber se está habilitada/o a votar. A consulta deve ser feita antecipadamente para a solução de eventuais problemas em tempo hábil. Caso o nome não conste na opção, a/o profissional deve entrar em contato com o CRP-03 para verificar os problemas com o registro e/ou débito.

Outras informações
Para saber como votar e obter informações sobre as chapas concorrentes ao pleito, acompanhe as comunicações do CRP-03 no site e nas redes sociais.

A sua participação é fundamental para o futuro da Psicologia!



Eleições CRP-03 2022

Siga nosso Instagram
e conheça nossa
plataforma completa
enlacepsicologia

Apresentação

Somos a chapa Enlace Psi, uma iniciativa de psicólogas/os/es de diferentes regiões do Estado, que representa a diversidade de campos de atuação e trajetórias profissionais, unidas/os/es por laços de afeto e compromisso político. Nosso objetivo é propor uma gestão democrática, participativa e transparente para o Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Reconhecemos e valorizamos o papel social do Conselho, especialmente na Bahia, território de luta e resistência, por ser a principal instância organizada da Psicologia em nosso Estado, e afirmamos que é fundamental defender um projeto que esteja a serviço de contribuir com o avanço da ciência e da profissão para uma sociedade justa, equânime e democrática.

Nossa composição é plural, inclui psicólogas/os/es, em sua maioria do interior do Estado da Bahia, de diversas regiões (60%), negras/os/es (65%), mulheres (70%) de diferentes espaços e experiências: profissionais lgbtqia+, envolvidas/os/es em movimentos sociais, integrantes de comunidades tradicionais, com experiências anteriores no Conselho, psicólogas/os/es do campo da saúde, educação, assistência social, jurídica, clínica, avaliação psicológica, esporte, hospitalar, comunitária, trânsito, organizacional e trabalho e do campo acadêmico, desenvolvendo ensino e pesquisa. Destacamos ainda, que contamos com a colaboração de um grupo ampliado, psicólogas/os/es implicadas/os/es em construir um projeto de gestão de forma mais participativa e democrática.

Propostas

Condições de trabalho

1. Dialogar com gestores das diversas políticas públicas, especialmente do SUS, SUAS e Secretarias de Educação, visando garantir condições adequadas para o exercício profissional, bem como combater a precarização do trabalho da/o psicóloga/o.
2. Incidir junto ao Poder Legislativo, em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), os sindicatos estaduais, outras entidades sindicais e a categoria em defesa do piso salarial e jornada de trabalho de até 30 horas sem redução de salários.
3. Intensificar a fiscalização e orientação para coibir o exercício ilegal da profissão.

Formação

1. Construir e consolidar um canal de comunicação permanente com coletivos de estudantes, docentes e coordenadoras(es), dadas às suas especificidades, tanto para conhecer problemas e formular estratégias de intervenção quanto para socializar rumos de uma formação que ultrapassa os limites do tecnicismo reinante.
2. Promover ações de articulação com as IES, com o objetivo de orientar as(os) professoras(es) supervisoras(es) de estágios, coordenadoras(es) e discentes de psicologia, sobre o compromisso ético nos diversos campos de atuação da psicologia, pautando-se no compromisso social.
3. Promover a discussão junto às IES sobre a inclusão das pessoas com deficiência em todos os processos de aprendizagem.

O papel do conselho no atendimento à categoria

1. Reestruturar o setor de atendimento do CRP-03 para melhor atender às demandas da categoria, promovendo acessibilidade e a modernização dos procedimentos administrativos, e ampliando os canais de comunicação da categoria com a comissão de orientação e fiscalização, dando especial atenção às (aos) profissionais que residem no interior e/ou em locais com difícil acesso à internet e também às pessoas com deficiência.
2. Facilitar o contato da categoria com o Conselho, principalmente das (os) profissionais que residem no interior, ampliando os meios de comunicação já existentes e disponibilizando outros meios de comunicação, com a utilização das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) e acessibilidade como chats, aplicativo de mensagens e um canal 0800; e monitorar as solicitações sistematicamente, para resolução de qualquer dificuldade que possa afetar a comunicação com a categoria e com a sociedade.
3. Propor ações de plantões de atendimento, pelos quais todos os serviços do Conselho estarão integralmente voltados às (aos) profissionais e à população, com a finalidade de produzir maior celeridade, ampliar a comunicação com a categoria e proporcionar maior efetividade dos serviços.

Gestão do conselho

1. Reativar e tornar permanente a comissão de controle social de políticas administrativas e financeiras do CRP-03, viabilizando de forma mais efetiva a participação da categoria no planejamento, execução e monitoramento das ações da gestão.
2. Ampliar a prestação de contas das ações e orçamento do Conselho com periodicidade regular nos canais oficiais de comunicação do CRP-03, inclusive incentivando o acesso ao portal de transparência e à ouvidoria da entidade. E implantar modelos de relatórios simplificados no site do CRP-03, objetivando a melhor compreensão da categoria sobre os gastos e investimentos realizados pelo CRP-03.
3. Divulgar como as propostas de campanha estão sendo cumpridas na gestão, monitorando seus prazos, metas e resultados.

Interiorização

1. Promover maior acesso da categoria que reside no interior da Bahia às ações e atividades do CRP, especialmente nas regiões sem subsede, melhorando os canais de comunicação e instaurando processos administrativos mais eficazes
2. Descentralizar os eventos promovidos pelo CRP-03 estendendo às demais regiões do Estado.
3. Reestruturar as subsedes do ponto de vista administrativo e das sedes físicas. E avaliar a possibilidade da abertura de novas subsedes no interior.

Direitos Humanos

1. Difundir e estimular a discussão acerca das diversas violações de direitos humanos intensificadas nos últimos anos com o crescimento do aparato ideológico fascista, da vulnerabilidade social agravada no período pandêmico da Covid-19 (e a negligência do Estado na proteção à população) e que culminam no atual panorama: fome, crimes de ódio, aumento das mortes de pessoas que compõem os grupos minoritários e também de seus defensores.

2. Estímulo à criação de mecanismos permanentes de fiscalização e intervenção para proteção dos DH das pessoas em sofrimento psíquico (usuários de substâncias psicoativas e transtornos mentais) tratadas em instituições de SM, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, abrigos, clínicas privadas.
3. Assumir enquanto discurso e materializar em ação a defesa da Psicologia enquanto um fazer antimanicomial, antirracista, anticapacitista e antiLGBTfóbico.

candidatas/os chapa 11

Efetivas/os



Suplentes



Eleições CRP-03 2022

CHAPA MOBILIZAPSI/2022
PROPOSTAS PARA CRP03/BA

Nossas propostas buscam destacar algumas prioridades já definidas pela categoria e sistematizadas nas diversas instancias deliberativas do Sistema Conselhos

Eixo 1 - O DIÁLOGO DA PSICOLOGIA COM A SOCIEDADE E SUAS RELAÇÕES COM A DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

·Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos.

As profundas desigualdades que caracterizam o processo histórico da formação da sociedade brasileira, desde a colonização, se assentam em um conjunto de práticas e valores relacionados à naturalização das injustiças ligadas às condições de classe, etnia, raça, gênero, orientação sexual, entre outras intolerâncias, que justificam e perpetuam a violação de direitos indispensáveis ao desenvolvimento humano e produzem sofrimento psíquico. Esse eixo tem como objetivo dialogar com a sociedade na proposição de contribuições éticas, políticas e técnicas da psicologia voltadas à defesa da democracia e da garantia de direitos, condição indispensável para o alcance dos objetivos do exercício profissional.

Propomos:

Apoiar os Movimentos Sociais nas lutas por conquistas de uma sociedade democrática com justiça social, no combate intransigente à desigualdade social e a todas as formas de opressão, em favor das condições dignas de trabalho para todos, defesa de todas as vidas, relação de cuidado, proteção e preservação do meio ambiente. Apoio as lutas: defesa dos Direitos das Mulheres, Movimento Negro e Relações étnico-raciais, dos povos originários, defesa dos direitos das crianças, adolescentes e idosos, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, Movimento LGBTQIA+. Por uma sociedade Antimanicomial.

Participar e incentivar as/os psicólogas/os a colaborarem nas instâncias representativas e de controle social das Políticas Públicas na defesa dos direitos sociais e humanos, assegurando uma formação e um alinhamento institucional dos seus representantes em relação às legislações concernentes à psicologia e aos princípios da gestão.

Eixo 2-ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO SISTEMA CONSELHOS

A proposição deste eixo abrange a formulação de propostas que indicam a necessidade de aperfeiçoamento na organização democrática e representativa do Sistema Conselhos. Apontamos proposições que indicam atualizações, revisões, desenvolvimento da estrutura e forma de funcionamento do Sistema Conselhos. O desafio de pensar a profissão e sua organização não deve ser tarefa de poucos, mas sim da participação das psicólogas e psicólogos.

Propomos:

Criar formas de incluir a categoria nas decisões dos Conselhos, refletindo de que maneira as/os psicólogas/os podem trazer as suas pautas para se tornarem as prioridades para o CRP 03.

Ampliar estratégias de comunicação com a categoria e sociedade fortalecendo o acesso à Ouvidoria, ao canal de WhatsApp coorporativo e outras mídias, visando com isso atingir a inclusão digital e favorecer a interiorização do Conselho, ampliando o alcance das respostas às demandas dos profissionais da capital e do interior. Garantir a continuidade das Comissões existentes e abrir novas comissões quando necessário.

Auxiliar na reestruturação da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) disponibilizando bancos de dados de acesso à categoria. Divulgar nas Instituições de Ensino Superior (IES) para acesso aos estudantes.

Promover Seminários, Conferências, Mesas Redondas sobre as principais referências técnicas construídas pelo sistema Conselho envolvendo a categoria na diversidade das suas 'práxis', gestores, universidades e usuários dos serviços de Psicologia tendo por objetivo subsidiar as práticas, objetivando recolher experiências e contribuições.

Eixo 3 – DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

·O Fazer Ético e Científico da Psicologia no exercício profissional nos mais diversos campos de atuação na Bahia

Em um país plural com diversidade de práticas e campos de atuação da psicologia brasileira, frente aos processos econômicos, políticos e tecnológicos atuais, é imperativo que se criem referências éticas, técnicas e científicas para o exercício profissional qualificado e pautado no compromisso social. Cabem diretrizes que enfatizem reflexões críticas sobre a formação profissional acadêmica e continuada, a precarização do trabalho, a laicidade da psicologia e os impactos para o exercício profissional na clínica, educação, justiça, saúde, assistência, áreas emergentes, organizações, entre outras. Coonsiderando a pluralidade das práticas e técnicas psicológicas na produção de cuidado, a plena afirmação da despatologização da vida, e a garantia dos direitos dos usuários.

Propomos:

Articulação e apoio permanente às ações sindicais. Apoiar e intensificar a articulação permanente de ações conjuntas entre o Sistema Conselhos, a Federação Nacional da Psicologia (FENAPSI), sindicato estadual (SINPSIBA) e demais Sindicatos onde a categoria esteja representada, a partir das competências de cada entidade, na perspectiva de alinhar e fortalecer suas atuações nos níveis estaduais e federal, buscando garantir, assegurar e ampliar os direitos da categoria em seu exercício profissional, nos serviços públicos e privados, objetivando a valorização profissional e a dignidade do trabalho preconizada pelo nosso código de ética.

Defesa das 30 horas e Piso Salarial. Apoiar as lutas pela remuneração digna e o respeito às demais políticas preconizadas pela Organização Internacional do Trabalho - OIT nas várias áreas de atuação das(os) psicólogas(os), inclusive na saúde suplementar, garantindo a autonomia profissional, implantação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários nos municípios, combate a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, que precariza o trabalho e retira direitos de todas(os) trabalhadoras(es) do país.

Mobilizar a categoria para fazer gestão junto às instituições de saúde – ANS Agencias Nacional de Saúde, para revogação/ exclusão de cláusulas em planos de saúde que exijam encaminhamento médico para a consulta psicológica e que delimitam tempo de sessão. Lutar para vigorar o valor de consulta da tabela de referencia de honorários da FENAPSI e CFP.

Divulgar a Legislação da Categoria. 'Dar conhecer' a legislação em vigor, como Código de Ética, Resoluções, Notas Técnicas, Referências Técnicas por campo de atuação profissional aos profissionais e gestores.

Defesa das Políticas Públicas que garantam direitos à População, como saúde, educação e outros. Criar estratégias de enfrentamento ao desmonte dos sistemas de proteção social e garantia de direitos denunciando o subfinanciamento histórico agravado pela PEC-95. Garantir a atuação das (os) psicólogas (os) nas equipes de referência, ampliando e qualificando sua participação nas instâncias de controle social. Defender e potencializar o protagonismo das (os) usuárias (os) nestes espaços, fortalecer o trabalho em rede, posicionando-se contra as práticas assistencialistas e medicalizantes, evitar a judicialização da vida e do saber/fazer da Psicologia.

Eixo 4- FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NA BAHIA

Defesa de um sistema educacional, inclusivo, ético e de qualidade que desenvolva a cultura científica, privilegiando o debate e o desenvolvimento das diversas epistemologias, bem como, discuta as competências técnicas, a consciência cidadã, estimulando uma formação de qualidade e ampliando

o compromisso social e ético dos futuros e atuais profissionais. Lutar contra a precarização e mercantilização do ensino superior no país.

Enfrentar o ataque fundamentalista ao conhecimento científico. Fomentar a discussão sobre os fundamentos do fazer científico da Psicologia, delimitando as suas possibilidades e limites nas suas 'interfaces' com outros saberes e 'práxis'.

Relações com Associações e Instituições de Ensino

Apoiar e articular com a ABEP- Associação Brasileira de Ensino em Psicologia nas lutas por um ensino de qualidade. Fazer frente as aberturas e validação dos cursos de formação em Psicologia na Bahia, fortalecendo a construção junto às IES – Instituições de Ensino Superior, dos planos políticos pedagógicos, considerando a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em sua dimensão teórica, técnica, ética e política.

Aproximação do CRP com os Estudantes

Divulgar e debater nas faculdades as principais Referências Técnicas elaboradas pelo CREPOP – Centro de Referência Técnicas Políticas Públicas, bem como, o Código de Ética Profissional, de modo a fomentar um ensino ético, crítico e de qualidade.

APOIAMOS A CHAPA 21 "Frente em Defesa da Psicologia Brasileira" PARA O CONSELHO FEDERAL

Mais informações, siga nossas redes sociais: @mobilizapsi12

NOSSOS PRINCÍPIOS

1.RENOVAÇÃO DO CRP 03 - BAHIA
2.PRIORIZAR A INTERIORIZAÇÃO
3.DEFESA DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO
4.GESTÃO TRANSPARENTE, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO CRP 03
5.FOMENTAR A DIVERSIDADE NA E DA PSICOLOGIA
6.ORIENTAR PARA FORTALECER A PSICOLOGIA
7.DEFESA DE UM FAZER ÉTICO E CIENTÍFICO DA PSICOLOGIA
8.RELAÇÕES COM AS ENTIDADES DA PSICOLOGIA
9.ARTICULAÇÃO E APOIO PERMANENTE ÀS AÇÕES SINDICAIS
10. DEFESA E APOIO ÀS 30 HORAS E PISO SALARIAL
11.DIÁLOGO COM A CATEGORIA
12. POR UMA PSICOLOGIA COM COMPROMISSO SOCIAL
13.DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITOS HUMANOS.
14. DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E COM MOVIMENTOS SOCIAIS
15. DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
16. RELAÇÃO COM OS PODERES PÚBLICOS
17. DEFESA DE UM SISTEMA EDUCACIONAL, INCLUSIVO, ÉTICO E DE QUALIDADE
18. APROXIMAÇÃO DO CRP COM AS/OS ESTUDANTES

CFP/2022 CHAPA 21 FRENTE EM DEFESA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Eleições CRP-03 2022

Psicologias em Movimento
Coletivo



CHAPA 13

Um movimento de independência, autonomia, regionalidade, interiorização, articulação por um piso salarial digno, diversidade, laicidade, ética, defesa, garantias, direitos humanos, movimentos sociais e participação.

CONHEÇA-NOS psicologias_movimento #VOTE13

votechapa13.wixsite.com/vote13

QUEM SOMOS

Psicologias em Movimento
Coletivo



Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974)
Ana Caroline Moura Cabral (CRP-03/5541)
Glória Maria Machado Pimentel (CRP-03/8457)
Priscila Barbosa Lins (CRP-03/10214)

Leísa Mendes de Souza (CRP-03/3977)
Washington Luan G. de Oliveira (CRP-03/18055)
Edna G. de Oliveira Abadia (CRP-03/13485)
Itaynara R. Silva (CRP-03/21010) Itaynara Tuxá
Aderilson Anunciação de Oliveira (CRP-03/18594)
Larissa Fonseca de Souza (CRP-03/21168)
Aline Paim Ramos (CRP-03/5831)
Cintia Palma Bahia (CRP-03/5387)
Bianca da Cruz Oliveira (CRP-03/13829)
Clausivanhe Mano Silva (CRP-03/11486)
Fabricia Pereira da Silva (CRP-03/17359)

Ariane Moreira de Senna (CRP-03/14529)
Antonio Marcos A. Sampaio (CRP-03/15949)
Dora Teixeira Diamantino (CRP-03/5140)
Wellington Quaresma Lobo (CRP-03/14827)
Angela Maria S. de Jesus (CRP-03/14940)
Matheus de Souza Santana (CRP-03/18293)
Ronildo da C. Bomfim (CRP-03/20176)
Ailena Júlie S. Conceição (CRP-03/15296)
Alan Conceição dos S. Costa (CRP-03/19365)
Ana Paula M. Carregosa (CRP-03/14280)
Romário Oliveira Lopes (CRP-03/12825)
Juliana dos Anjos P. Santos (CRP-03/13657)
Elias Fernandes M. Pereira (CRP-03/14821)
Marcelo Tourinho de G. Soares (CRP-03/6731)
Atanael R. da Silva Weber (CRP-03/13293)

PRINCÍPIOS E PROPOSTAS

1. Independência
Seguir as deliberações do 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e do 11º Congresso Regional da Psicologia da Bahia (COREP/BA), permanecendo atentas/os aos anseios da categoria e às necessidades da sociedade civil, em termos do permanente exercício técnico e ético da Psicologia.

2. Autonomia
- Buscar exercer ações que não coadunem com a política-partidária, assegurando o compromisso ético com a profissão;
- Pautar e lutar no Sistema Conselhos a partir do que assegure o bom exercício da profissão, orientando as nossas posições no sentido da defesa de pautas estratégicas e demandadas pela nossa categoria e pela sociedade civil;

3. Regionalidade
- Aumentar o número de profissionais orientadores fiscais da COF, no interior, através de concurso público, com a finalidade de promover ações diversas, incluindo realizações de oficinas sobre avaliação psicológica, elaboração de documentos psicológicos e atendimentos online, entre outros;
- Investir em tecnologias e na profissionalização do Conselho para uma qualidade no atendimento, possibilitando a qualificação dos mecanismos de transmissão online do CRP-03;

4. Interiorização
- Ampliar o Projeto "CRP-03 Itinerante", garantindo assim a aproximação da categoria com o Sistema Conselhos na Bahia;
- Efetivar a interiorização do CRP-03 por meio de realização de eventos, de investimentos em estrutura físico material, de recursos humanos, viabilizando a implantação de subsede física e oferecendo condições para desenvolvimento qualificado da interiorização, a partir da avaliação de critérios específicos e respeitada pela dotação orçamentária;

5. Articulação junto às Lutas Sindicais para empregabilidade formal e a busca de um piso salarial digno com jornada de até 30 horas para psicólogas/os

- Planejar ações junto ao SINPSI-BA para orientações acerca de questões trabalhistas (carga horária, salário, vínculos, estruturas físicas de equipamentos, etc) no âmbito de política pública, bem como nas instituições privadas em parceria com o Ministério Público, possibilitando a articulação de ações políticas com o SINPSI-BA e com a FENAPSI para garantir a aprovação do Projeto de Lei do Piso Salarial da Psicologia e de até 30h semanais para a categoria e estimular a realização de concursos públicos nos municípios acompanhando esses processos sistematicamente, inclusive impugnando editais que não respeitem condições destas normativas;

6. Diversidade e Combate às Opressões e às Desigualdades Sociais
- Valorizar a inserção de psicólogas/os em seus múltiplos campos de atuação, visibilizar as diferentes Psicologias e promover o debate e problematização de todas as práticas nos diferentes campos de atuação, à luz do Código de Ética e Resoluções da Psicologia;
- Propor debates que reafirmem a importância das pautas feministas, antirracistas, anticapacitistas e os danos de todas as formas de LGBTI+fobia e demais opressões que incutem no cotidiano das práticas psicológicas;

CONHEÇA-NOS psicologias_movimento #VOTE13

votechapa13.wixsite.com/vote13

PRINCÍPIOS E PROPOSTAS

Psicologias em Movimento
Coletivo

7. Laicidade da Psicologia
- Reforçar o caráter laico da Psicologia Brasileira, conforme o Código de Ética e as decisões dos COREPs e CNPs;
- Defender a laicidade dos saberes e práticas psicológicas, bem como do Estado, enfrentar o fundamentalismo religioso, promover ações formativas e psicoeducativas, entre outros;

8. Ética e Zelo com a Coisa Pública
- Construir estratégias de ampliação e ações de orientação e fiscalização da COF no interior do Estado, sobretudo no âmbito das políticas públicas, realizando também atividades de mobilização e orientação nas instituições públicas que prestem diferentes serviços em psicologia para realizar cadastro junto ao CRP, com o objetivo de potencializar as ações de fiscalização nestas instituições;
- Criar e expandir estratégias de comunicação entre o plenário, categoria e sociedade, através de uma política de comunicação institucional, investindo na utilização de novas tecnologias (ex.: chat, whatsapp) e tecnologias clássicas (ex.: mídias televisivas), proporcionando maior acessibilidade e inclusão digital, mantendo como princípio os Direitos Humanos, destacando o viés de gênero e raça no CRP-03;

9. Defesa da Psicologia como Ciência e Profissão
- Realizar campanhas de orientação à sociedade acerca do papel da/o profissional de Psicologia a nível estadual e digital, demonstrando a importância da inserção desse profissional nos mais diversos âmbitos, além de desmistificar ideias preconceituosas que permeiam nosso fazer;
- Priorizar a pauta da Psicoterapia como prática privativa da/o psicóloga/o, em defesa da categoria e de seu bom exercício profissional;

10. Defesa e Garantia das Políticas Públicas
- Realizar articulações com o Sistema de Justiça para explicações sobre o fluxo de atendimento e definições das funções técnicas das/os Psicólogas/os do SUAS frente às demandas do Judiciário;
- Fortalecer e ampliar a discussão através das comissões existentes no CRP-03 sobre o saber-fazer da atuação da psicóloga sobre as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, bem como políticas criminais;

11. Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
- Garantir que as Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil sejam efetivadas e mantidas, considerando que foram construídas coletivamente por plenários eleitos em processos democráticos e que versam pela Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em consonância com o Código de Ética Profissional, investindo em publicidade e historicidade do processo de construção das mesmas;
- Articular com a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial, junto com a OAB, Secretarias de Educação e de Assistência Social para realizar ações que promovam redução de vulnerabilidades de acesso à educação e benefícios sociais da população negra, indígena e demais comunidades tradicionais, com ênfase nos aspectos de gênero, território e promoção de laicidade;

12. Articulação junto aos Movimentos Sociais
- Reforçar as articulações, aproximações e apoio aos Movimentos Sociais em diferentes territórios baianos, que tem uma história de vinculação com o CRP-03/BA, tais como o Movimento de População em Situação de Rua; Movimento Negro; Movimentos sociais Feministas e de Mulheres; Movimento social LGBTI+; Movimento social de pessoas com deficiência; Movimento dos povos indígenas, Movimento dos Povos Tradicionais; dentre outras interseccionalidades;
- Ampliar os debates através dos Sistema Conselhos, para a garantia da atuação da/o psicóloga/o, com o sistema de justiça , comunidades periféricas e movimentos sociais, sobre as condições da população carcerária e sua família (com ênfase na juventude negra e população feminina), incluindo os(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, e seus impactos sociais e psicológicos com atenção à criminalização da pobreza;

13. Participação contínua da categoria
- Fortalecer e criar novos grupos de trabalho, inclusive o de articulação sindical com foco no debate e fortalecimento de demandas emergentes da categoria de psicólogas/os baianas/os;
- Criar o CRP acolhe, política para acolhimento de demandas da categoria recém formada e suporte para as mesmas por meio de ações com objetivo de orientação sobre o bom exercício da profissão de psicóloga/o.

leia todas as propostas de cada princípio na íntegra apontando a câmera do seu celular para o QR Code.

CONHEÇA-NOS psicologias_movimento #VOTE13

votechapa13.wixsite.com/vote13

Eleições CRP-03 2022

CRP-03 celebra lutas e conquistas nos seus 48 anos de atuação

Autarquia construiu uma trajetória marcada pelo empenho ao exercício ético de uma Psicologia comprometida com os Direitos Humanos

"Às vinte e uma horas, do dia vinte e sete de agosto de mil novecentos e setenta e quatro, no salão nobre da Câmara dos Vereadores, situada à Praça Municipal, realizou-se a solenidade de Instalação do Conselho Regional de Psicologia, terceira Região - Bahia e Sergipe e de eleição e posse de sua primeira Diretoria". O trecho citado corresponde às primeiras linhas da ata que registrou a instalação do Conselho, representando a trajetória oficial da autarquia nos dois estados de abrangência. Presidida pelo conselheiro federal e primeiro psicólogo registrado no CRP-03, Caio Flamínio Silva de Carvalho, a solenidade aconteceu em Salvador, com a participação de autoridades locais e das/os conselheiras/os que formaram o I Plenário do regional, no período entre 1974 e 1977.

No entanto, a história do Conselho teve início antes mesmo da sua instalação, com a mobilização de profissionais que participavam do Instituto de Orientação Vocacional (IDOV), órgão vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). De acordo com Romélia Santos, integrante da equipe inicial do IDOV e conselheira do I e II Plenário do CRP-03, psicólogas/os já formadas/os e estudantes no último ano de formação em Filosofia e Pedagogia ligadas/os ao Instituto, incentivaram a criação do Conselho: "Se não houvesse esse grupo, não conseguiríamos nos agregar. O Conselho foi criado a partir do núcleo da UFBA", afirmou. Professora do primeiro curso de Psicologia da Bahia, Romélia lembrou que nas primeiras gestões, a atuação do CRP ainda era incipiente e com poucas/os psicólogas/os inscritas/os na instituição. "O curso de Psicologia ainda era recente e durante os primeiros anos, os trabalhos na instituição eram mais administrativos", pontuou a ex-gestora.

Em fase de estruturação, o CRP ainda se organizava enquanto instituição no final dos anos 70. Segundo Maria Luiza Sperb Melecchi, conselheira também nos dois primeiros plenários, as reuniões envolviam somente assuntos burocráticos. Responsável pela produção do formulário de inscrição da autarquia, juntamente com a listagem de documentos necessários para registro no regional, Maria Luiza pontuou que na época, as discussões giravam em torno da aprovação de documentos, seguindo os mesmos trâmites e procedimentos realizados por outros Conselhos.

Para regulamentar o funcionamento da autarquia, o CRP-03 publicou em 1976, o seu primeiro Regimento Interno, com definições sobre a natureza, os fins e as atribuições da instituição, entre elas: orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga/o na sua área de jurisdição; zelar pela observância do Código de Ética Profissional; funcionar como tribunal de ética profissional; e expedir as Carteiras de Identidade Profissional (CIPs). O regimento também estabeleceu as funções da Diretoria, das/os conselheiras/os efetivas/os, das/os conselheiras/os suplentes, procedimentos de inscrição, entre outras normas. Além disso, o texto apresentou a Comissão de Ética Profissional, Comissão de Comunicação e Divulgação, Comissão de Exame de Inscrições, e Comissão Eleitoral enquanto órgãos auxiliares e consultivos.



CRÉDITO: ISTOCK.ADOBE.COM

Ações comprometidas com a categoria e sociedade

Nos anos seguintes, o regional se manteve trabalhando em questões relacionadas ao funcionamento, estruturação, orientação e fiscalização. Registros de atas do período da década de 80, apontam ações de fiscalizações em empresas e clínicas da Bahia e de Sergipe, através da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), produção de documentos da administração pública, contribuições para o Código de Processamento Disciplinar (CPD) e para o Código de Ética Profissional. Demandas sobre o funcionamento da sede também eram prioritárias, mas ao mesmo tempo, o Conselho já se articulava em outras frentes como a participação em reuniões de Conselhos de Saúde, divulgação de informações sobre a atuação profissional junto à imprensa, promoção de cursos, colaboração nas discussões importantes como os honorários da/o psicóloga/o, aplicação de testes psicológicos, entre outras.

Após 30 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, o CRP-03 continuou dando passos importantes relacionados ao papel da instituição diante da categoria e da sociedade. Em 1994, o Conselho realizou em Salvador, o Congresso Regional Constituinte da Psicologia, posteriormente considerado o I Congresso Regional da Psicologia da Bahia (I COREP-BA). Com a presença de psicólogas/os da Bahia e de Sergipe, o evento teve o objetivo de provocar discussões sobre a organização político-social da categoria, exercício e atuação profissional, e propostas de reformulação da legislação que regulamentava o trabalho da/o psicóloga/o. O ofício que tratava do evento, descrevia um contexto de tensão e de grandes transformações sociais. Tornava-se urgente que a instituição promovesse uma reflexão sobre o fazer profissional frente às necessidades e expectativas da sociedade na época.

Descentralização da sede em Salvador

Ainda na década de 90, outra ação marcou a história do CRP-03. Com a sede localizada na capital baiana, o regional criou, em 1996, os Polos de Aracaju, Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna e Vitória da Conquista. A iniciativa pretendia aproximar o Conselho da categoria e das comunidades nas regiões fora de Salvador. Com esse compromisso, outros Polos se formaram no estado e Aracaju se transformou em Seção com sede própria no ano de 1999. Neste sentido, dois movimentos ganharam força dentro do CRP-03: o desmembramento de Sergipe e o avanço da interiorização na Bahia.

O projeto para desmembrar o CRP BA/SE foi aprovado na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), em maio de 2010. O acontecimento que resultou na formação do CRP-19, foi fruto principalmente, da articulação dos membros do Comitê Gestor da Seção Sergipe.

Na Bahia, a categoria presente no interior já solicitava ações do Conselho em suas regiões antes da instalação dos chamados Polos Regionais. A autarquia começou a desenvolver trabalhos para reunir as/os profissionais e eleger representações em locais estratégicos. As/os psicólogas/os representantes das respectivas localidades eram responsáveis pelas tratativas administrativas em relação à Carteira de Identidade Profissional (CIP), além de mobilização da categoria para as atividades promovidas pelo regional.

Para regulamentar o funcionamento dos Polos, o Conselho instituiu a Comissão Especial de Interiorização (COMINTER), de acordo com publicações do CRP-03. Inserida oficialmente como comissão da autarquia no Regimento Interno de 2010, a COMINTER mudou a história de articulações no interior, com realizações importantes como a criação da Subsede Sudoeste, em Vitória da Conquista, Subsede de Sertão/Recôncavo, em Feira de Santana e um escritório de apoio em Itabuna. A conselheira presidenta do XVI Plenário, Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210) relembrou a inauguração do espaço em Feira, em 2013: "O processo resultou da organização das/os psicólogas/os da região que desejavam estar mais próximas/os das ações do Conselho, participando e assumindo o protagonismo em muitas discussões", disse.



As conquistas da COMINTER não se limitaram às instalações das Subsedes. Segundo a psicóloga Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03/5427), ex-conselheira do CRP-03 e integrante da COMINTER durante três gestões, os avanços nas ações da Comissão são perceptíveis ao longo dos anos. A lista inclui o aumento das regiões abrangidas e cidades com Grupos de Trabalho de Interiorização (GTI's), realização dos Pré-Coreps por região, interiorização da Assembleia Geral Ordinária e participação das/os psicólogas/os interioranas/os em eventos do Sistema Conselhos, sendo considerada maior que em Salvador e região metropolitana.

Mesmo com tantos destaques positivos, outras questões seguem em alerta. Na opinião de Emmila Di Paula, o maior desafio da COMINTER é alcançar um patamar adequado de participação da categoria nas atividades propostas "Esse desafio se relaciona ao modo de funcionamento da própria COMINTER e à necessidade de maior investimento financeiro na Comissão. Também diz respeito à disponibilidade parcial das/os conselheiras/os e colaboradoras/es, dificuldade de resposta a respeito das demandas da categoria, melhoria dos serviços oferecidos às/aos profissionais, melhoria do suporte aos GTIs, dentre outras questões de ordem prática", pontuou Emmila.

Comissões e Grupos Trabalhos com iniciativas pioneiras

Diante de tantas transformações sociais, políticas e econômicas, o CRP-03 acompanhou a necessidade de inserir a Psicologia em debates que fossem além da atuação profissional nas instituições de ensino, hospitais e organizações. Através das suas Comissões e Grupos de Trabalho, o CRP promoveu iniciativas reconhecidas dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, como a criação do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psico-









CRÉDITOS: CRP-03

duziu materiais que são referência no assunto. "Também observamos que não tinham materiais para estudar gênero dentro da Psicologia e pensamos que o GT tinha um compromisso de criar publicações para para qualificar psicólogas e psicólogos sobre esta temática", finalizou Helena.

Outras ações pioneiras são as publicações das duas edições do Guia de Referência Psicologia e Relações Raciais, produzido pelo Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR), a Campanha de Prevenção a Carrodependência, realizada pela Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito (COMHT) e a produção da cartilha sobre Ageísmo, organizada pelo Grupo de Trabalho Psicologia, Envelhecimento e Velhice (GTPEV), da Comissão de Saúde.

Implantação do CREPOP na Bahia

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) começou as suas atividades no CRP-03 em 2006, com foco inicial em georreferenciar as políticas públicas executadas pelos poderes executivos estaduais (Bahia e Sergipe) e municipais (Salvador e Aracaju). Os primeiros referenciamentos realizados buscaram compreender a atuação da/os psicóloga/os com atuação nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, e nos serviços de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Desde então, o Centro realizou XX pesquisas, com profissionais que atuam nas Políticas Públicas de Atenção à Pessoa Idosa, Políticas de Segurança Pública, Álcool e Drogas, entre outras.

O CREPOP-03 vem atuando trabalhando enquanto ferramenta de gestão na produção de notas, minutas e publicações regionais,





além de promover eventos, a exemplo da Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia, que na sua segunda edição, aconteceu na cidade de Vitória da Conquista, representando um momento histórico nas atuações do Conselho no interior do estado.

Compromisso com a defesa dos direitos humanos e garantia das políticas públicas

Ao longo dos anos, a autarquia construiu uma identidade de instituição eticamente comprometida com a defesa dos Direitos Humanos e com a ga-





rantia das Políticas Públicas. A fim de orientar a categoria neste sentido, o Conselho promoveu simpósios, oficinas, cursos e outros eventos com temas diversos. Ao mesmo tempo, o CRP buscou levar esses debates para a graduação em Psicologia, realizando visitas às Instituições de Ensino que ofereciam o curso.

Ainda para fins de orientação, o CRP-03 endossou resoluções produzidas pelo CFP, lançou notas e elaborou documentos fundamentais para o exercício ético da profissão.



Histórico de lutas e parcerias com movimentos sociais

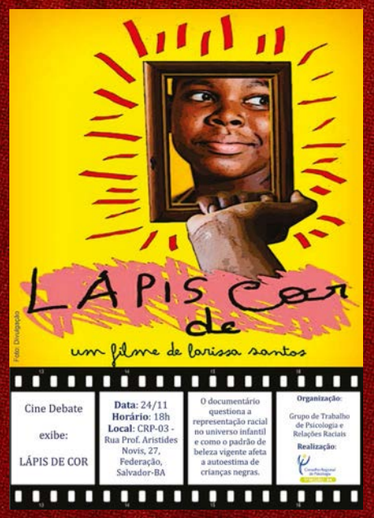
Historicamente, o CRP-03 não se absteve em se posicionar diante de situações que impactam diretamente a categoria e a sociedade. A autarquia se mobilizou em favor da jornada de 30 horas na Psicologia, pela não aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico, pela democratização dos meios de comunicação, contra a redução da maioridade penal, pela Reforma Psiquiátrica, entre outras lutas.

Entendendo a importância de estimular a construção de uma Psicologia menos elitista e mais engajada politicamente, o regional promoveu ações com o propósito de aproximar psicólogas/os e estudantes de Psicologia dos movimentos sociais. Presente no cotidiano do Conselho desde 2009, quando ainda era estudante, o conselheiro vice-presidente, Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280) fez questão de destacar a defesa do CRP em pautas como as das Relações Raciais, Relações de Gênero; Educação; Emergências e Desastres; Uso de Substâncias Psicoativas; Combate à Homofobia; Defesa dos Direitos da Criança e da/o Adolescente; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; entre outros. Na opinião do psicólogo, o comprometimento com essa agenda caracteriza um momento histórico, no qual o CRP-03 demonstra que a Psicologia tem um lado, e que este posicionamento é em defesa das pessoas cujos direitos em violação, podem apontar para frontais agravos à sua saúde física e mental. "Desta forma, ao fazer-se parceiro histórico de grupos como o Coletivo Antimanicomial da Bahia, o Movimento de Pessoas em Situação de Rua, o movimento negro baiano e soteropolitano, movimentos quilombolas e de demais comunidades tradicionais, entre outros, o CRP-03 vai nos apresentando, desde estudantes, uma Psicologia que não se silencia e não se acovarda diante de situações de opressão que vemos e que não podemos deixar incólumes. Creio que este tipo de postura seja fundamental a ser apresentada não apenas à ca-













tegoria já formada, mas a todo o conjunto de estudantes em formação na área", comentou Renan.

Com isso, o CRP-03 também se tornou um espaço potencializador na formação de colaboradoras/es, funcionárias/os e estagiários. Para Denise Viana Silva (CRP-03/9620), ex-estagiária do CREPOP-03, na Subsede Sudoeste, a experiência no estágio teve papel imprescindível na sua formação profissional, ampliando a compreensão sobre os princípios fundamentais do trabalho das/os psicólogas/os, especialmente sobre o compromisso social da Psicologia. "Ainda hoje, seja na atuação técnica, clínica, docente ou enquanto pesquisadora, levo comigo o aprendizado ético que tive no CRP 03 e a luta contra quaisquer formas de violência, discriminação e opressão", destacou Denise .









Curiosidades do CRP-03

Com 48 anos de história, o CRP-03 tem algumas curiosidades interessantes. Segue a lista com algumas delas:



✱Antes da localização atual no bairro da Federação, em Salvador, a sede do Conselho ocupou diferentes endereços, sendo o primeiro deles na Rua Francisco Ferraro, em Nazaré, seguido de duas salas comerciais em edifícios da Avenida 7 de Setembro, e na Rua Agnelo Brito, Garibaldi.

✱Alguns documentos e informativos identificam que as Comissões de Ética, Formação, Orientação e Fiscalização, Saúde, e Título de Especialista estão entre as mais antigas, permanecendo ativas até os dias de hoje.

✱Os primeiros Grupos de Trabalho surgiram vinculados à Comissão de Direitos Humanos (CDH), no ano de 2007. São eles: Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia (GTCH), Grupo de Trabalho em Defesa da Criança e do Adolescente (GTDCCA) e o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR).

✱A primeira reunião Plenária realizada fora de Salvador aconteceu no ano de 2011, em Vitória da Conquista.

✱O projeto do Conselho Itinerante se expandiu e levou ações de orientação e fiscalização, palestras, oficinas e atendimento para diversas cidades do interior da Bahia.

✱O Conselho possui representação no Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia (CEASS), Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN), Fórum Estadual das/os Trabalhadoras/es do SUAS da Bahia (FETSUAS BA), entre outras.

✱A logo atual do CRP-03, foi escolhida pela própria categoria no ano de 2008. As/os psicólogas/os votaram em uma das três opções disponibilizadas pela autarquia.

✱O Conselho já firmou parcerias com entidades como ABEP, SINPSI-BA, ABCtran, ABRAPSO, entre outras.

✱O regional é reconhecido no Sistema como o CRP que mais se dedica à interiorização.

Projeto Memória da Psicologia Baiana

Em 2017, o Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) começou a realização do projeto Memória da Psicologia Baiana. A iniciativa tem o objetivo de contribuir para resgatar e ampliar o conhecimento sobre o campo histórico da Psicologia na Bahia, em conformidade com as deliberações de alguns Congressos Nacionais da Psicologia (CNP).

Segundo a pesquisadora do projeto, Nádia Maria Dourado Rocha, a meta inicial foi compor uma base de dados das deliberações das atas das reuniões plenárias das gestões do CRP-03. Posteriormente, os cursos de graduação em Psicologia existentes na Bahia passaram a ser estudados. A pesquisadora forneceu um dado importante em relação à distribuição por sexo nos Plenários, formados em sua maioria por mulheres:

Atualmente o projeto está em pausa por questões operacionais e dos protocolos de uso dos espaços da sede do CRP-03 durante a pandemia da COVID-19. Para Nádia, a continuidade das pesquisas é fundamental para se conhecer a trajetória da Psicologia na Bahia, para compreender melhor o contexto atual e embasar as tomadas de decisões.

PLENÁRIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
I	14	4	18
II	16	2	18
III	16	2	18
IV	16	2	18
V	18		18
VI	16	2	18
VII	13	5	18
VIII	14	4	18
IX	13	5	18
X	15	3	18
XI	11	7	18
XII	14	4	18
XIII	13	5	18
XIV	12	6	18
XV	10	8	18
XVI	14	12	26
TOTAL	225	71	296

Fonte: www.crp03.org.br

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

quase meio século de contribuição para o exercício profissional da Psicologia no estado da Bahia

É sabido que a profissão de psicóloga/o foi regulamentada no Brasil no ano de 1962, através da Lei 4.119/1962, e que, posteriormente, a partir de 1971, foram criados os primeiros Conselhos Regionais de Psicologia com fulcro na Lei 5.766/1971. O CRP-03, Regional Bahia, foi criado no ano de 1974, sendo o terceiro Conselho Regional a ser constituído. Segundo o primeiro Regimento Interno do CRP-03, datado de 1976, as ações de orientação e fiscalização do exercício profissional eram inicialmente realizadas pela Comissão de Ética Profissional, que tinha como algumas de suas atribuições: visitar serviços públicos e empresas particulares onde se faz uso de métodos e técnicas privativas de psicólogas/os em exercício isolado, orientando-os para a correção de irregularidades frente às Leis e às Resoluções do Conselho; e registrar, em livro especial, os termos de visitas e as ocorrências. De lá para cá, são 46 anos de muitas atividades desenvolvidas a favor de uma Psicologia ética e tecnicamente qualificada, envolvendo ações de orientação e de fiscalização do exercício profissional e com a posterior criação da Comissão de Orientação e Fiscalização no CRP-03. Há registros de que a primeira psicóloga agente de orientação e fiscalização do CRP da Bahia foi contratada no ano de 1996.

A primeira normativa que trouxe os procedimentos de orientação e fiscalização dos Conselhos de Psicologia, incluindo a criação da Comissão de Orientação e Fiscalização, objetivos, modelos e métodos de trabalho, foi a Resolução do CFP 02/1986, que instituiu o Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF. No ano de 2000, por meio da Resolução do CFP 19/2000, o referido Manual passou por um processo de atualização e foi republicado, revogando o anterior. Esse último Manual sofreu uma pequena alteração por meio da Resolução do CFP 01/2006 e, posteriormente, já no ano de 2017, por intermédio da Resolução do CFP 10/2017, foi instituída a nova Política de Orientação e Fiscalização – POF do Sistema Conselhos de Psicologia, estando essa Resolução em vigor até os dias atuais. Além dessa normativa, também consta na Resolução do CFP 03/2007, que trata de uma consolidação de Resoluções do Sistema Conselhos enfocando assuntos diversos, um capítulo específico sobre Orientação e Fiscalização do exercício profissional.

Tais normativas pautam a função da COF de orientar e fiscalizar o exercício profissional de psicólogas/os em seu território, em consonância com a função precípua do Conselho Regional de Psicologia que é a de orientar, fiscalizar e disciplinar tal exercício. Desse modo, a COF se coloca como uma das Comissões mais importantes do CRP e obrigatória, já que as ações de orientação e fiscalização existem por determinação legal constante na Lei 5.766/1971. Tais ações devem ser desenvolvidas com competência, de modo que sejam garantidos serviços psicológicos com elevado padrão de qualidade e contribuam para o aperfeiçoamento técnico e ético da profissão. A nível nacional, a COF de cada regional está submetida à coordenação geral da Secretaria de Orientação e Ética – SOE do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que é responsável por coordenar, a nível nacional, as atividades de orientação e fiscalização e para quem as COFs regionais podem buscar orientações específicas, quando necessário.



CRÉDITO: STOCK.ADOBE.COM

No XVI Plenário do CRP-03, a Comissão conta com a participação de quatro conselheiras/os, estando uma delas na função de conselheira-presidenta da COF, e três psicólogas/os orientadoras/es fiscais. Duas/Dois delas/es estão lotadas/os na sede em Salvador e uma na subsede Sudoeste, em Vitória da Conquista. Todas/os desenvolvem o seu trabalho de forma integrada, com reuniões periódicas de discussão, análise e encaminhamento dos casos que chegam à Comissão.

Considerando as ações de orientação e fiscalização que já foram desenvolvidas pelo CRP-03 nesse quase meio século de existência, esta seção apresenta um resgate histórico dos últimos 20 anos de trabalho da COF, conforme pode ser observado no quadro abaixo que traz os principais procedimentos realizados pela Comissão durante esse tempo.

A análise do quadro permite observar como, ao longo desses 20 anos, a COF foi substituindo as orientações que eram realizadas por carta para um formato eletrônico, encaminhando-as por e-mail, o que foi ainda mais ampliado durante o período da pandemia da COVID-19 que ainda estamos vivenciando. É possível observar, ainda, o aumento progressivo nas entregas de Carteiras de Identidade Profissional (CIPs), visitas de inspeção e atendimentos em geral resultantes do aumento no quantitativo de profissionais inscritos no CRP-03 (hoje já somam mais de vinte mil profissionais na Bahia).

Destaca-se as viagens que foram realizadas ao longo dos anos: momento em que a COF desenvolve atividade de orientação e fiscalização no interior do estado, aproximando-se da categoria e da sociedade local, bem como das instituições de ensino em Psicologia, realizando palestras a profissionais e estudantes, dando apoio às regiões e profissionais que atuam no interior.

No quadro, também verifica-se o quantitativo de reuniões em que a COF participou ao longo dos anos, seja internamente, articulando ações entre as Comissões e Grupos de Trabalho, seja externamente, com instituições diversas que desenvolvem atividades na área da Psicologia. Frisa-se o quantitativo de denúncias formais que foram encaminhadas pela COF à Comissão de Ética, podendo-se perceber um aumento progressivo nesse encaminhamento, o que denota maior conhecimento por parte da sociedade de que o Conselho funciona como uma instância que julga e sentencia processos contra psicólogas/os e empresas de Psicologia, servindo como Tribunal de Ética. O aumento de denúncias somado ao aumento de Notificações emitidas pela COF também refletem a necessidade de investimento em mais ações de orientação que busquem aproximar a categoria profissional e o Conselho, no intento de buscar agir antes do cometimento da falha ética e/ou técnica. Todavia, esse dado também denota, infelizmente, algumas deficiências no processo de formação acadêmica e profissional.

Sobre projetos específicos que foram realizados para além das ações de rotina da COF, estes se concentraram entre os anos de 2004 e 2013 quando a COF ainda não tinha um quantitativo de trabalho fixo/de rotina tão grande, que foi ampliado ao longo dos anos com a inserção de novas/os psicólogas/os inscritas/os, impossibilitando, assim, o desenvolvimento de atividades extras por parte da equipe. Sobre

o item “Verificação de pesquisas, eventos e cursos”, trata-se de um dado que começou a ser registrado no ano de 2022 e refere-se às análises realizadas pela COF sobre as solicitações de divulgação de pesquisas diversas que chegam ao CRP-03.

O quadro aponta um quantitativo alto de pareceres e relatórios emitidos pela COF nos anos iniciais, o que ocorreu em função de, anteriormente, toda manifestação da COF solicitada pela Diretoria, Plenário, demais Comissões, categoria profissional e público em geral ser intitulada de Parecer ou Relatório; posteriormente, essa denominação foi sendo agregada aos itens Atendimentos (por e-mail) ou Ofícios. Os pareceres relativos às análises de sites, de cadastro na plataforma do e-psi e de título de especialista também estão concentrados nos anos em que a COF assumiu a análise e emissão de pareceres acerca desses temas, já que posteriormente tais ações passaram a ser desenvolvidas por comissões específicas do Conselho criadas com essa finalidade.

A partir de 2020, a COF enfrentou alguns desafios impostos pela pandemia. Reduziu as atividades de visita in loco, bem como adaptou as ações de orientação e fiscalização (como emissão de cartas, ofícios e notificações) que anteriormente eram enviadas pelos correios e passaram a ser encaminhadas por meio eletrônico, assim como a realização de palestras e participações em eventos pela COF no formato on-line. Apesar das dificuldades e desafios iniciais das ações realizadas por meio eletrônico, é possível notar o retorno por parte de profissionais e instituições que começaram a ser acionadas por e-mail, tornando a comunicação e as respostas dos mesmos mais ágil, já que o processo de envio de correspondência pelo correio físico era mais lento. Sobre as palestras de boas-vindas às/os novas/os psicólogas/os inscritas/os no CRP-03, observou-se também o ganho positivo de realizá-las no formato on-line, tendo em vista ser possível agregar mais pessoas, inclusive as que residem em cidades do interior da Bahia.

Com o retorno das atividades presenciais da COF em outubro de 2021, as ações presenciais de visitas começaram a ser realizadas paulatinamente, entretanto, as palestras continuam ocorrendo no formato on-line, assim como algumas reuniões, tendo em vista a facilidade em agregar mais pessoas que, inclusive, não precisam se deslocar à sede do Conselho para essa finalidade.

A COF pretende que esse resgate histórico permita à categoria de psicólogas/os conhecer um pouco mais sobre as suas atribuições, se engajar nas ações que são realizadas e buscar ainda mais a Comissão para procedimentos de orientação por meio dos seus canais de comunicação; seja de forma presencial, por e-mail ou telefone.

Anos / Ações	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Reuniões	47	20	12	26	9	16	35	8	10	29	21	9	19	35	40	27	28	33	23	43	14	504
Eventos	8												7						2		1	18
Entrega de CIPs						331	396	331	284	580	612	315	558	732	869	993	947	1084	324	2180	928	11464
Auto de infração														1	1	5	6	2	1	2	4	22
Notificações	12	16		11		7	7	31	12	26	28	18	44	120	72	130	92	129	53	75	66	949
Denúncias para COE	17	11	5	3	1	5	14	10		7	9	6	10	23	14	13	21	25	17	31	8	250
Pareceres e Relatórios	61	144		81	16	16	11	4	1	3	7			15	10	1			8	2		380
Pareceres para inscrição de PJ					18	21	25	8	45	48	50	40	46	60	72	82	96	92	65	131	33	932
Projetos			2	8	1	7	8	10	4	4	8	6								2		60
Atendimentos (por e-mail, presencial e telefone)	70	96	269	226	182	257	454	638	389	675	732	402	668	1218	1431	2040	1730	2132	3141	4895	1680	23325
Cartas de orientação e ofícios	119	117	46	335	57	197	161	33	24	34	37	15	75	65	230	30	32	14	26	12	41	1700
Visitas de Inspeção	45	23	46	21	21	16	97	21	13	33	30	7	40	163	69	87	76	67	8	14	6	903
Visitas de Fiscalização	11	18	1	10	12			10	8	1	3	2	3			33	37	6	3	6	3	167
Viagens	4	3	1	5	1	1	2	1	1	6	5			11	10	22	17	12		4	1	107
Apreensões e Lacres	4	4				2	1	2	2	10	25	9	18	34	3	1	1	9	1	1		127
Publicações						9	6		3								1	2				21
Conselho itinerante									4	10	2	16		11	10			12				65
Pareceres de credenciamento de sites, de cadastro no e-psi e de título de especialista														58	73	19	101	307				558
Verificação de pesquisas, eventos e cursos																					6	6
TOTAL	398	452	382	726	318	885	1217	1107	800	1466	1569	845	1488	2546	2904	3483	3185	3926	3672	7398	2791	

HISTÓRICO DOS PLENÁRIOS DO CRP-03

Confira quem fez parte dos **Plenários do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) desde 1974.** O CRP-03 agradece o empenho de todas/os que contribuíram com muito trabalho e compromisso em atender as demandas da categoria.

I PLENÁRIO (1974-1977)

Maria Conceição Vieira Gonçalves
Gycelle Francisca de Araújo Matos
Leopoldo Roberto Martins de Carvalho
Maria Luiza Sperb Melecchi
Alice de Oliveira Costa
Amaury da Silva Pina
Angelina Rocha de Assis
Carlos Pinto Correa
Cidalia Dias Mendez
Eliane Maria Vasconcellos Nascimento
Haydée Bueno Hollander
Hélio Soares de Brito
Mercedes Cunha Chaves de Carvalho
Moema Araújo dos Santos
Romélia Santos
Syra Tahin Lopes
Urânia Maria Tourinho Peres
Zélia Madeira Borri de Sousa

II PLENÁRIO (1977-1980)

Therezinha Andrade Moniz de Aragão
Angelina Rocha de Assis
Maria Fernandes de Souza
Sônia Maria Peixoto Bittencourt
Alice de Oliveira Costa
Ana Maria de Athaíde F. D’Avila Melo
Eliane Maria Vasconcellos Nascimento
Elizabeth Maria Chaves Murta Veloso
Hélio Soares de Brito
Maria Conceição Vieira Gonçalves
Maria Lígia Bastos Correia
Maria Luiza Sperb Melecchi
Romélia Santos
Salomão Aguiar Antunes Costa
Sildete Costa Oliveira
Syra Tahin Lopes
Vera Cristina Jacobsen
Zélia Madeira Borri de Sousa

III PLENÁRIO (1980 - 1983)

Mercedes Cunha Chaves de Carvalho
Gildete Lino de Carvalho
Darcy Alves Sampaio
Eulina Bonfim Ribeiro
Aída Pustilnik Almeida Vieira
Anamélia Araujo de Carvalho
Antônio Carlos de Góis Cajueiro
Célia Conceição Sacramento Gomes
Edvaldo Embirussu Lima
Elizete de Jesus Ferreira
Maria da Glória Sousa Nery
Maria das Graças Cardoso Barral
Maria de Lourdes Souza Santos
Olga Garrido Braga
Ruth Brasil Mesquita
Sildete Costa Oliveira
Sônia Maria Peixoto Bittencourt
Vera Lucia M. de Sousa Marinho

IV PLENÁRIO (1983 - 1986)

Roberto Calmon Pessoa
Maria Luiza Rocha Quadros Cairo
Maria Del Carmen Lobo Azcona Souza
Maria Auxiliadora Franco de Rezende
Angela Maria Costa Santiago
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Eliane Conceição Souza Evangelista
Liara Nascimento Conceição Oliveira
Ligia Nascimento Conceição
Maria da Conceição Scaldaferri Fernandes
Maria de Fátima Gonçalves
Maria Gorete D. Carvalho
Maria Léa Carvalho de Souza
Maria Luiza da Silva Silveira
Maria Vanda Tunes Gerbase
Maristela Galvão Santos
Ruth Brasil Mesquita
Yayoi Kamimura

V PLENÁRIO (1986 - 1989)

Maria de Fátima Gonçalves
Liana Gonçalves Pontes Sodré
Célia Maria de Sá Monteiro
Liana Moraes Cortes
Adelaide Politano Alves
Ana Helena Caldeira Galvão
Ana Lúcia Alcântara de Oliveira Ulian
Cândida Parada Iglésias
Clélia Maria Vasconcelos Souza
Denise Vieira da Silva Lemos
Edmary da Conceição Urpia Rosa
Lucene Ramos Santos
Maria Alice de Almeida
Maria Elizabeth Cavalcante Ramos
Nádia Maria Dourado Rocha
Regina Alonso Gonzalez Pimenta
Sônia Cristina Pimentel de Santana
Suely Maria Barbosa da Silva

VI PLENÁRIO (1989 - 1992)

Valter José Almeida Santos
Helson Francisco de Jesus Ramos
Azenilda Pimentel dos Anjos



Maria Elizabeth Cavalcante Ramos
Ana Carla Corrêa Lima Sales
Carmen Maria Bastos Matos
Consuelo A. Cavalcante Ramos
Denise Vieira da Silva Lemos
Isnaia Junquilho Freire
Jussania Peres Almeida Santos
Kátia Jane Chavez Bernardo
Laura Cecília de Almeida Fontes
Margarida das Neves de Almeida
Mariângela C. Corrêa de Menezes
Mirella Uzêda Jaques
Rosane Lopes Araújo
Simone A. Lessa de Almeida
Sonia Maria Gomes

VII PLENÁRIO (1992 - 1995)

Walter de Souza dos Santos
Roberto Moraes Cruz
Valter José Almeida Santos
Maria Lúcia Guedes Machado Mello
Alba Riva Brito de Almeida
Alcira Santana Altoé
Antônio Eneas Ramalho Leite
Claudete Coelho Guimarães
Climério Brito de Souza Júnior
Deusay Telles da Silva
Helson Francisco de Jesus Ramos
Iris Delmar Lima de Medeiros
Margarida de Fátima da Silva
Maria Angelina de Araújo Andrade
Maria da Graça de Campos Faria
Maria Raquel de Faria
Marlene Alves da Silva
Neusa Maria Góes M. Nascimento

VIII PLENÁRIO (1995 - 1998)

Miguel Angel Cal González
Maria Lúcia Guedes Machado Mello
Domingos Barreto de Araújo
Maria da Graça de Campos Faria
Ana Selma dos Santos Souza
Ayda Maria Gomes
Clarice Bacelar L. de S. Fraga
Elizabeth Ventura Nascimento
Elzirene Pereira
José Augusto Barros Peixoto
Jussely de Lurdes N. Cayres
Lucirose D. Lima da Silveira
Manoelita Mota dos Santos
Margarida de Fátima da Silva
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Nailze Aquino Menezes Santos
Roberto Lyra Casaes e Silva
Telma Nadja Silveira Lelis



IX PLENÁRIO (1998 - 2001)

Miguel Angel Cal González
Maria Luiza Rocha Quadros Cairo
Sônia Aparecida da Costa
Manoelita Mota dos Santos
Alfredo Cosme Sobrinho
Ana Selma dos Santos Souza
Carolina Iwata
Cláudia Regina Sobral Simões
Cleonice Granja da Silva Ferreira
Domingos Barreto de Araújo
Elizabeth Ventura Nascimento
Geová Morais da Silva
Iris Delmar Lima de Medeiros
Jorge Luiz L. de Sales Ribeiro
Maria Aparecida Carmem Silva
Rosângela Montalvão Oliveira
Tatiana Emília Oliveira Braga
Theresa Arlinda H. Guerreiro Costa

X PLENÁRIO (2001 - 2004)

Anamélia Lins e Silva Franco
Carla Pinheiro França
Luciane Stifelman
Antônio Basílio Honorato Barbosa
Aldenora Alves de Sá
Carlita Moraes Bastos
Carolina Iwata
Jessy Bastos B. de Almeida
Letícia Maria Teixeira Rocha
Lúcia Helena Leitão Bezerra Moura
Marcelo de Almeida Ferreri
Marcelo Magalhães Andrade
Maria Charbel Libório Ribeiro
Maria de Fátima Prates Knoke
Maria Lúcia de Oliveira
Maria Lúcia Guedes Machado Mello
Maria Rosália Correia Dias
Monalisa Nascimento dos Santos Barros



XI PLENÁRIO (2004 - 2007)

Nádia Maria Dourado Rocha
Alessandro da Fonseca Marimpietri
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Maria Cristina Viana Goulart
Aline Rangel Goothuzem Albuquerque
Anamélia Lins e Silva Franco
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Frederico Leão Pinheiro
Manoelita Mota dos Santos
Margarida de Fátima da Silva
Maria da Conceição Scaldaferri Fernandes
Maria da Graça de Campos Faria
Maria Fabiana Damásio P. Esteves
Mariana Viana Santos
Marilda Castelar



Paulo de Tarso Barreto Alves de Souza
Roberval Passos de Oliveira
Sérgio Ricardo Franco Vieira

XII PLENÁRIO (2007 - 2010)

Marilda Castelar
Valter da Mata Filho
Manoelita Mota dos Santos
Andréa Figueiredo Fernandes
Alessandra Santos de Almeida
Ana Paula Torres Pinheiro
Carlita Moraes Bastos
Joelma Cristina Silva Rosado
Kueyla de Andrade Bitencourt
Lilian Resende Novaes
Luciana França Barreto
Lúcio Otávio Alves Oliveira
Maria Célia Vaz de Queiroz Silva
Mirela Figueiredo Santos Iriart
Rosângela de Barros Castro
Sylvana Lúcia Alves dos Santos
Thiago Monteiro Pithon
Ubton José Argolo Nascimento

XIII PLENÁRIO (2010 - 2013)

Valter da Mata Filho
Alessandra Santos de Almeida
Maria Célia Vaz de Queiroz Silva
Kueyla de Andrade Bitencourt
Arneth Peixoto da Cunha
Carlita Maria Moraes Bastos
Carlos Vinicius Gomes Melo
Cássia Eugênia Reis Silva Cardoso
Clayton Silva de Almeida
Emmila di Paula Carvalho dos Santos
Jeane Helena Silva Araújo
João Sampaio Martins
Leni de Castro Fragoso
Nicoleta Mendes de Mattos
Rogério da Silva Abílio
Rosângela de Barros Castro
Sônia Halime Kader dos Santos
Valdísia Pereira da Mata

XIV PLENÁRIO (2013 - 2016)

Liliane Alves da Luz Teles
Emmila di Paula Carvalho dos Santos
Rogério da Silva Abílio
Clarissa Paranhos Guedes
Carlos Vinicius Gomes Melo
Daniele Carmo Queiroz
Denise Viana Silva
Denize Tavares Macedo
Eurenildes Reis Ferreira
Eurisa Maria de Santana
João Mendes de Lima Junior

Jonsos Nunes Júnior
Marinês Santos de Oliveira
Marta Campos
Samir Perez Mortada
Sylvia Regina Rocha Lemos
Verena Souza Souto
Victor Brandão Ribeiro

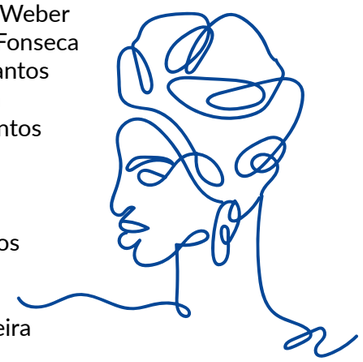
XV PLENÁRIO (2016 - 2019)

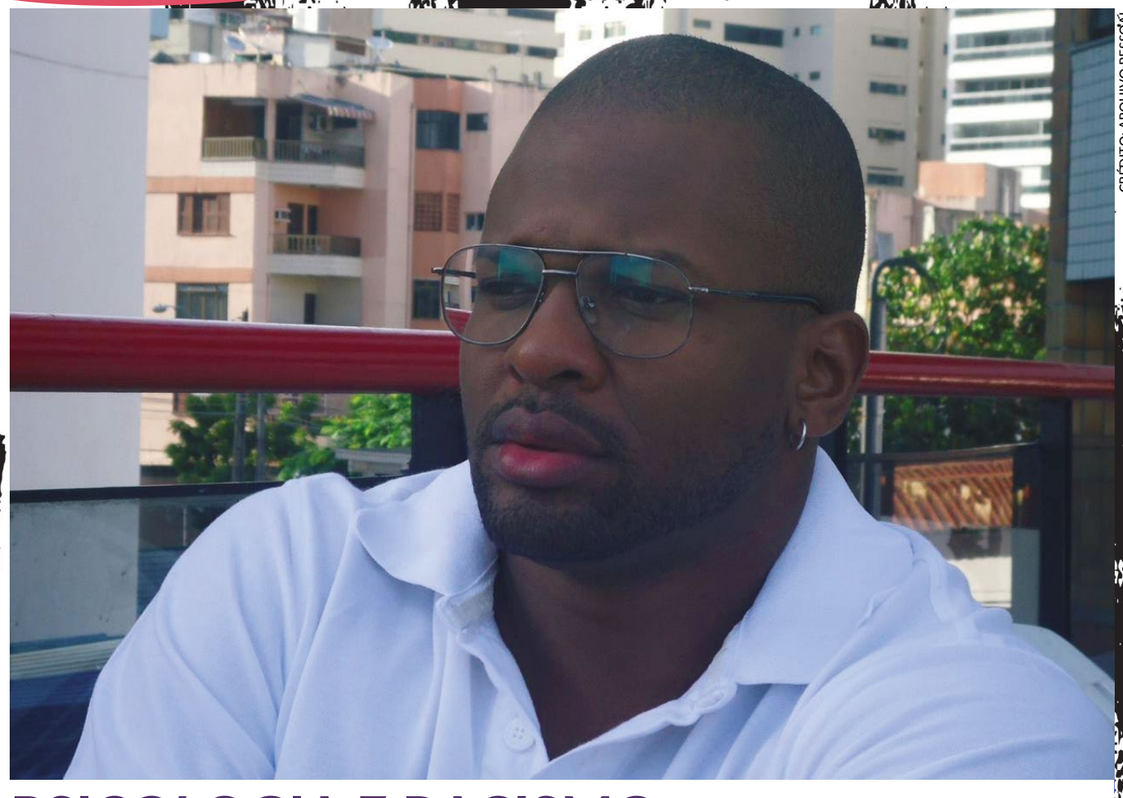
Valter da Mata Filho
Alessandra Santos de Almeida
Glória Maria Machado Pimentel
Darlane Silva Vieira Andrade
Eric Gamaliel dos Santos Vieira
Anderson Fontes Passos Guimarães
Bruno Vivas de Sá
Carmen Silvia Silva Camuso Barros
Carolina da Purificação Fonseca
Djean Ribeiro Gomes
Iara Maria Alves da Cruz Martins
Itamar de Almeida Carneiro
Ivana Ventura da Silva
José Costa dos Santos
Mailson Santos Pereira
Márcia Regina Bento de Araújo
Monaliza Cirino de Oliveira
Renan Vieira de Santana Rocha



XVI PLENÁRIO (2019 - 2022)

Renan Vieira de Santana Rocha
Iara Maria Alves da Cruz Martins
Mailson Santos Pereira
Emmila Di Paula Carvalho dos Santos
Adelvan Alcântara Lima Filho
Álvaro Pinto Palha Junior
Ana Caroline Moura Cabral
Anderson Fontes Passos Guimarães
Atanael Ribeiro da Silva Weber
Carolina da Purificação Fonseca
Catiana Nogueira dos Santos
Eurisa Maria de Santana
Ezevaldo Aquino dos Santos
Gabriela Matos Borges
Ivana Ventura da Silva
Jaqueline Anjos Silva
Jacilânia Rodrigues Barros
José Costa dos Santos
Leísa Mendes de Sousa
Monaliza Cirino de Oliveira
Regiane Lacerda Santos
Rogério da Silva Abílio
Silier Andrade Cardoso Borges
Vanina Miranda da Cruz
Washington Luan Gonçalves de Oliveira
Wendell Santana Ferreira





CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL

PSICOLOGIA E RACISMO

"Há uma diferença entre o 'saber' sobre o problema e o 'saber fazer' frente o problema"

O psicólogo Carlos Vinicius Gomes Melo (CRP-03/6732) é o entrevistado desta edição da Revista do CRP-03. Professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) pelo seu Programa de Pós-Doutorado, Vinicius é Doutor em Psicologia Social pela mesma instituição e Mestre em Psicologia Social e Trabalho pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi Conselheiro do XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), na gestão 2013-2016, e também do XIII Plenário, na gestão 2010/2013. Nesta entrevista, ele partilha um pouco de sua experiência de pesquisa sobre a atuação de psicólogas/os no contexto das relações étnico-raciais, tecendo importantes apontamentos sobre o papel da Psicologia no enfrentamento ao racismo e na promoção da saúde e da igualdade.

CRP-03 - O Brasil registra uma série de discrepâncias sociais e raciais fruto do violento processo de colonização e escravização. Isto reflete, inclusive, na sustentação de vários mitos e, consequentemente, no letramento racial da população, de um modo geral. Com a Psicologia não é diferente. Por que é imprescindível que toda psicóloga e todo psicólogo compreenda e reconheça os impactos do racismo na população brasileira?

Carlos Vinicius Gomes Melo - No plano nacional, até mesmo pela política que o Sistema Conselhos de Psicologia tem tomado nas últimas décadas, de protagonizar discussões de questões sociais e seus impactos psicossociais, já é muito difundida a importância da Psicologia sobre, pelo menos, reconhecer e compreender os impactos do racismo. Porém, penso um pouco além, no sentido mesmo de diferenciar o que as/os psicólogas/os "sabem" sobre os impactos do racismo e o que elas/es "sabem fazer" frente a isso. Há uma diferença entre o saber sobre o problema e o saber fazer frente ao problema. Para além de reconhecer a importância, falta o desenvolvimento dessa competência e habilidade de a/o profissional saber fazer frente aos efeitos psicossociais do racismo. É muito comum preocupar-se numa leitura crítica e reflexiva sobre o fenômeno. Só que a gente costuma deixar de lado algumas teorias, procedimentos e protocolos já existentes ou somente atende com uma intenção de observação e escuta atenta e sensível sobre o tema, sem ter nenhum acolhimento ou direcionamento específico... Processos esses que as vertentes cientificistas ou mais clássicas da Psicologia, da Psicologia Social, já têm certa produção. A gente fica muito focado em sensibilizar, o que é muito importante, mas pouco preocupado em elaborar e estruturar competências baseadas em evidências pesquisadas para o saber fazer frente ao sofrimento psicológico em um paciente ou até à cultura do preconceito em uma empresa. Mesmo essa/e profissional sendo sensível a essa temática, pode-se surgir ali no serviço psicológico uma condição de incerteza no atendimento e na condução do caso, no como dar os passos a seguir diante dessa problemática que surge. Essa condição de incerteza irá enviesar essa/e profissional pelo achismo, baseando-se no senso comum e até em preconceitos, fazendo com que o cuidado, o tratamento e a orientação oferecidos aos pacientes não brancos sejam inferiores ao ideal, comparados aos das pessoas brancas. Porque, mesmo sensibilizada/o, mas sem letramento ou competência, pode tomar decisões orientadas por estereótipos, mesmo que estereótipos positivos, ali com bases infundadas. Graças ao CFP e CRPs, a Psicologia no Brasil já tem um certo tempo divulgando a importância de compreender os efeitos psicossociais do racismo. Agora a gente precisa dar passos no sentido do que e como fazer.

CRP-03 - Temos, então, o desafio do "saber fazer", revisitando o que já produzimos até aqui?

Carlos Vinicius Gomes Melo - Sim, e temos muita coisa feita em outros lugares, por exemplo, América do Norte, por mais que tenha uma perspectiva muito cognitivista; na Europa, que tem uma perspectiva mais social, mas mesmo assim ainda observando sobre o ponto de vista do indivíduo. Tem muita coisa feita, muitas teorias, análises, métodos, instrumentos, protocolos seja para observar o preconceito, na ótica do opressor, como também o impacto no oprimido. Há uma literatura vasta, por exemplo, sobre a neurofisiologia da discriminação ligada à Psicologia do Estresse em como quadros epidemiológicos da população negra estão associados à hipertensão arterial, diabetes, displasias, transtornos psicológicos, dentre outros quadros em função da produção crônica do hormônio do cortisol decorrente da constante exposição ao estresse, por ser alvo da discriminação. Outro exemplo é a área da neurociência social, estudando as relações raciais que, por leitura de ressonância magnética, se observa o preconceito operando no cérebro, com a ativação de regiões específicas na identificação de rostos brancos e negros (giro fusiforme), da ocorrência do preconceito enquanto um sentimento negativo (sistema límbico), bem como o controle desse preconceito (córtex pré-frontal). Enfim, tem muita coisa sendo estudada, mas que a nossa tradição de Psicologia no Brasil e América Latina — que é meritória também pelo nosso histórico de colonização e necessidade de promover lutas e transformação social — tem como ponto crítico a essas correntes clássicas da Psicologia, mas que jogou tudo fora também junto, desconsiderando também o que pode ser útil para a gente. Inclusive, porque todas essas estão numa perspectiva de estudos em prol de sociedade antirracista.

CRP-03 - Falando desse lugar, em 2019, você concluiu uma pesquisa, de cunho quantitativo, que investigou as atuações de psicólogas/os no tema de relações étnico-raciais. Poderia partilhar um pouco mais sobre os achados e conclusões?

Carlos Vinicius Gomes Melo - Em 2019 eu concluí o doutorado pesquisando como as/os profissionais trabalhavam com o tema das relações étnico-raciais, o qual apresenta uma série de achados interessantes no campo formativo, no campo da atuação ocupacional, por meio de análise estatística e análise lexical de evocações, ambas mediadas por softwares. Por exemplo, as/os psicólogas/os brancas/os atendendo mais pessoas brancas, e psicólogas/os negros atendendo mais população negra; contudo, com as/os brancas/os atendendo pessoas brancas/os com faixa socioeconômica mais alta, e as/os psis negras/os atendendo pessoas negras/os com faixas socioeconômicas mais baixas. Nota-se também uma influência grande das ações afirmativas já no campo da Psicologia, pois mostra que as/os profissionais negras/os formadas/os são formadas/os mais recentemente, em instituições federais, por turmas que já se iniciaram mediadas pelas ações afirmativas. Investiguei também sobre as representações, as crenças dessas/es profissionais acerca das categorias étnico-raciais populares no Brasil e também sobre a sua atuação profissional e quais sentidos dão para a sua identidade profissional. É interessante notar que as noções evocadas sobre pessoas negras estão mais próximas das de humano, comparadas a evocações para pessoas indígenas, orientais ou negras, mesmo não havendo atribuições negativas a nenhum grupo racial, o que revela o caráter do nosso racismo cordial e indireto brasileiro. As noções que elas dão para "pessoas brancas"

> “Boa parte das nossas ações para superarmos isso está na formação, mas não ajuda em nada criarmos guetos epistemológicos dentro da Psicologia, nesse sentido”

são as mais próximas de “humano”; As “pessoas indígenas” estão ligadas ao aspecto da cultura e do exotismo; as “pessoas orientais”, exclusivas à inteligência, em uma perspectiva mecanicista que se pode ler como infrahumanizada; e as “pessoas negras” ligadas à luta e à resistência. Destaca-se a antítese entre negros e brancos, nesse polo de diferenciação semântica, com os brancos no lugar de privilégio. Isso retoma a primeira questão, na qual as/os participantes da pesquisa se mostram sensíveis à problemática das relações étnico-raciais, mas, mesmo vendo o negro no lugar de luta e resistência e o de branco no de privilégios sociais, apresentam essa proximidade semântica de atributos entre humanos e pessoas brancas em detrimento das outras categorias raciais. Por último, sobre como as/os profissionais compreendem a sua atuação profissional, notamos a influência filosófica e política de valores cristão-católicos, de modo que tal atuação está associada às noções da ética social cristã e da teologia da libertação. Isso mostra um pouco do porquê a vertente psicológica que predominam nacionalmente é de cunho sócio-libertário, apresentando como objetivo principal a transformação social frente às relações de dominação e poder.

CRP-03 - Qual o recorte você fez na sua pesquisa? Sudeste, Nordeste e Norte?

Carlos Vinicius Gomes Melo - Foram três estados: São Paulo, Bahia e Amazonas, e 657 profissionais ao todo. Fiz uma coleta muito maior, que foi em torno de 1100 pelo Brasil, mas eu decidi fazer nesses três estados. Consideramos São Paulo por ser o estado mais populoso, com o maior número absoluto de população negra, a maior parcela de população amarela, bem com o maior número de pessoas brancas; a Bahia, maior proporção de população negra do Brasil; e o Amazonas, o maior número absoluto de população indígena no Brasil.

CRP-03- Voltando aos achados da sua pesquisa, qual o impacto desse racismo sutil observado pelas evocações das/os psicólogas/os nas subjetividades das pessoas atendidas, e como a gente consegue superar essa lacuna profissional?

Carlos Vinicius Gomes Melo - Volto à primeira questão colocada. Mesmo tendo sensibilidade, certo compadecimento e empatia, podemos até saber da importância do fenômeno, mas nos faltará a devida competência, letramento e habilidade para lidar com o racismo; seja para lidar em mim mesmo, enquanto uma/um profissional que é uma pessoa que carrega uma visão de mundo, estereótipos, preconceitos ou atitudes positivas de favorecimento da determinado grupo hegemônico, bem como vieses de comportamentos; ou seja no encontro e na comunicação com uma outra pessoa que carrega traços de um grupo não hegemônico e que tem uma linguagem e cosmovisão específica sobre a vida. Nesse tipo de encontro, quando esse profissional não estiver munido com o que podemos definir como tecnologias em saúde, sejam essas tecnologias leves (acolhimento, vínculo e busca de autonomia dos sujeitos, uma escuta qualificada etc.) e tecnologias leve-duras (teorias, protocolos, escalas, manejo grupal ou procedimentos produzidos por conhecimentos técnico-científicos específicos) e tecnologias duras (vídeos, software, games etc.) haverá a condição de incerteza e a incapacidade da promoção de saúde de tais grupos racialmente contingenciados.



CRÉDITO: TUNA SALMON (STOCK.ADOBE.COM)

Boa parte das nossas ações para superarmos isso está na formação, mas não ajuda em nada criarmos guetos epistemológicos dentro da Psicologia, nesse sentido. De fato, temos tendido cada vez mais a uma atuação muito mais crítica e retórica e muito menos baseada em evidência de produção científica, e isso pode resultar em problemas. As perspectivas construcionistas apresentam disponibilidades teóricas e metodológicas para estudar as experiências desses grupos minoritários por vias que as correntes clássicas cientificistas não apresentam, o que não significa que as vertentes libertárias precisem anular as clássicas e vise-versa. Então, vejo que são dois prismas de observação para o mesmo fenômeno, ambos com potencialidades, mas também com limitações tanto epistemológicas quanto metodológicas.

CRP-03 - O que seriam esses guetos, pensando nas relações étnico-raciais?

Carlos Vinicius Gomes Melo - Hoje, a gente pode definir em dois principais guetos: uma Psicologia da primazia do indivíduo, de vertente clássica, da cognição, que está estudando como os efeitos do racismo se operam na individualidade, e uma Psicologia cuja a primazia é social e histórica, da subjetividade, buscando entender como esses fenômenos operam na sociedade e na história, o que nos reporta a uma Psicologia mais particular no sentido da própria experiência latino-americana... São perspectivas e leituras diferentes sobre o mesmo fenômeno, e assim acabamos criando guetos epistemológicos. Isso tem ficado cada vez mais forte no Brasil. Sempre foi... Porém, para uma Psicologia Latino-americana e uma Psicologia antirracista, a gente precisa usar as armas que tem seja de um campo ou de outro, porque a meta principal é o enfrentamento do racismo.

CRP-03 - Você foi Conselheiro do XIV e XIII Plenário, atuando, entre outras ações, como coordenador da Comissão de Direitos Humanos. Como o Sistema Conselhos de Psicologia, enquanto orientador e formador para práticas antirracistas, pode contribuir para a superação do racismo?

Carlos Vinicius Gomes Melo - Continuar fazendo o trabalho que tem feito de, dentre as forças da Psicologia (Sistema Conselhos, Universidades, Associações e Instituições) ser a que tem protagonizado e provocado as outras forças da nossa área em prol da capacitação das/os psicólogas/os ao que lhes compete, bem como para a produção de conhecimento e técnica específicos no tema das relações étnico-raciais. O Sistema Conselhos tem um protagonismo muito positivo e histórico de pautar temas marginais (no sentido do não-hegemônico). É continuar e agregar ainda mais as técnicas e ferramentas que a gente tem na Psicologia, cada vez mais baseadas em evidências científicas. Estamos em um momento muito crítico politicamente, não somente para o tema do igualitarismo nas relações étnico-raciais, mas também para tudo o que é baseado em ciência (movimento anti-vacina, medidas restritivas pela COVID-19). Tudo o que tem esse “Q de cientificidade” tem sofrido uma depreciação social muito grande. Trabalharmos sobre esse tema baseados em evidências deve ser um cuidado devido, considerando que neste ano passamos os 400 mil profissionais no Brasil; ou seja, quanto maior o número de profissionais, mais riscos corremos quanto a falta de competência e habilidade pessoal e técnica para saber fazer frente os efeitos psicossociais do racismo. Para que possamos, de fato, ter uma Psicologia com esse prisma e com este horizonte ético-político anti-racismo, julgo que esses são os principais pilares.

Quais são os desafios da Psicologia para os próximos 60 anos?



Wellington da Rocha Almeida (CRP-03/24029)

"Alcançar os povos das periferias e as diversas comunidades tradicionais do campo e da Floresta. Lutar pela equidade entre periferia e centro, urbano e rural."



Dóris Firmino Rabelo (CRP-03/8039)

"O trabalho com pessoas idosas: a formação para uma prática qualificada e crítica, o investimento em pesquisas e o fortalecimento da rede de atendimento a essa população."



Larissa Correia Mendes (CRP-03/6810)

Após a construção social da Psicologia como Ciência e profissão, o desafio para as próximas décadas atravessa a defesa da pluralidade e dos novos moldes de subjetivação.



Clausivanhe Mano Silva (CRP03/11486)

Os desafios são vários, como: tornar a Psicologia acessível e com qualidade, manter- se atualizada/o e ter reconhecimento profissional na prática.



Samai Alcira (CRP-03/02896)

O desafio da Psicologia nos próximos 60 anos é consolidar que a diversidade faz parte do fenômeno psicológico. Dessa forma, a multiplicidade de olhares deve ser aceita com naturalidade e parcimônia.



Guilherme Bernardo Marques do Nascimento (CRP-03/15525)

Estamos passando por um divisor de águas e precisaremos nos munir de técnicas, teorias e empatia para reconstruir uma Psicologia que acolha todas as demandas de todas as populações de maneira genuína.



Cleciane Cruz dos Santos (CRP-03/25720)

A Psicologia tem como desafio romper a lógica corponormativa que estrutura o fazer técnico-científico e contribui com práticas eugênicas de eliminação da deficiência. Deficiência não é doença, é identidade, é parte da diversidade de ser no mundo.



Edilaise Santos Vieira (Nita Tuxá) (CRP-03/25213)

Por Psicologias que sejam posicionadas e atravessadas pela pluralidade brasis, atuando na/em coletividade, externando sua agência e uma identidade epistemologicamente brasileira.



Carmem Virgínia Moraes da Silva (CRP-03/02046)

O compromisso com a formação de profissionais psicólogas/os que considerem a diversidade teórica e técnica que compõem a Psicologia e, ao mesmo tempo, se comprometam com a dimensão concreta da vida dos sujeitos humanos.



Carmen Silvia Silva Camuso Barros (CRP-03/6712)

Desafio ético e metodológico para lidar com as demandas geradas a partir da realidade metaverso.



Paula Cunha de Jesus (CRP-03/19665)

Promoção de uma prática antirracista na Psicologia.



Maeli Santos Calmon (CRP-03/18879)

Inovar no manejo clínico considerando a interseccionalidade.

CRÉDITOS: ARQUIVO PESSOAL



Biblioteca CRP-03 e os projetos desenvolvidos na pandemia

Nestes 60 anos da Psicologia, uma trajetória de apoio e luta em favor dos Direitos Humanos e Políticas Públicas se estabeleceram. Um fazer da Psicologia voltado para a proteção social e defesa de direitos se reflete nas ações do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e perpassa as ações da biblioteca da autarquia. Nesse sentido, a biblioteca do regional pretende se tornar um centro de referência em informação acerca da Psicologia nos Direitos Humanos e Políticas Públicas.

O setor existe desde 2009 e, nesse percurso, tem buscado apoiar o CRP-03 em sua missão institucional, ao referenciar a categoria com informações atualizadas, publicações contemporâneas e material relevante sobre a memória e a história da Psicologia.

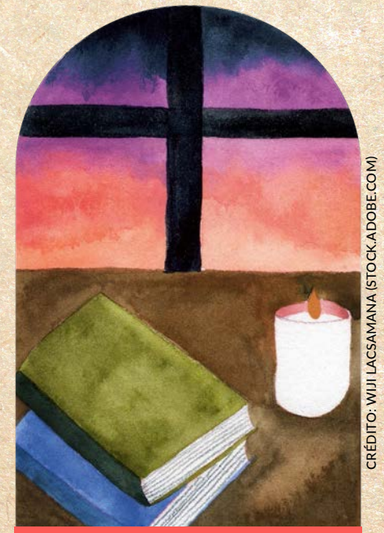
Com a pandemia da COVID-19, a biblioteca precisou se readaptar para estar presente junto à categoria, ainda que de forma remota. O espaço físico foi reformado para preservar a riqueza informacional do acervo, e o atendimento ao público tem sido feito no formato on-line desde então, por meio de pesquisas bibliográficas, indicações de referências, elaboração de filtros e estratégias de buscas, tutoriais e outros serviços possíveis fazendo uso de teletrabalho, sempre buscando manter o padrão de qualidade e satisfação das/os usuárias/os.

Ainda neste contexto pandêmico, o setor realizou diversas atividades, como o Projeto de Divulgação das referências produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia e o Projeto de Parcerias com Editoras para a III Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia. O Projeto de Divulgação das referências produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia teve a proposta de sistematizar ações voltadas para a divulgação de publicações do Sistema Conselhos de Psicologia no CR baiano. O propósito da iniciativa era ampliar e democratizar o acesso às publicações. Foi feito um planejamento das atividades a serem desenvolvidas para alcançar esses objetivos, tais como: mapeamento com as produções dos anos de 2020 e 2021, através da elaboração de listas de publicações e divulgação nas mídias sociais e por mala direta para a categoria; promoção das publicações do Sistema Conselhos de Psicologia nas palestras de orientação profissional para entrega de CIPs; elaboração de cartaz on-line e impresso para envio por e-mail, via correios e presencialmente em eventos para Coordenações e bibliotecas das faculdades, visando à divulgação entre as/os estudantes; doação de livros às bibliotecas das faculdades, e elaboração de guias de Fontes de Informação para Comissões/GTs. O projeto prossegue, já que algumas atividades são contínuas e outras são por tempo determinado. O Projeto de Parcerias com Editoras para a III Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia tem acontecido desde a sua primeira edição, juntamente com o CREPOP, tratando-se de um processo desafiador para ser organizado durante a pandemia. Com isso, foi necessário repensar critérios e metodologia para a proposição de parceria com as editoras e livrarias a fim de divulgarem suas publicações em formato on-line. Além disso, a biblioteca também precisou repensar seu conceito de montagem de stand para um formato diferente. Nesse processo, foram realizadas as seguintes ações: reuniões por telefone, construção de instrumentos norteadores, como a construção do projeto de parcerias, carta ofício para as editoras, levantamento de editoras a partir do perfil das linhas editoriais, lista de contatos das editoras, lista de ebooks gratuitos sobre Psicologia e políticas públicas, levantamento de publicações do Sistema Conselhos conforme eixos do evento para stand virtual da biblioteca etc.



O projeto foi finalizado trazendo benefícios para todas/os as/os envolvidas/os, como a autarquia, editoras e participantes do evento. Foram divulgados os livros mais vendidos dentro do segmento, além dos lançamentos que compõem o gênero Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos; divulgação de publicações com preços promocionais e descontos; divulgação dos livros da biblioteca do CRP-03, materiais produzidos pelo CREPOP e Rede de Conselhos de Psicologia e a ampliação do acervo da biblioteca do Conselho em relação aos materiais em Psicologia e Políticas Públicas, por meio de doação de livros. A biblioteca arrecadou das editoras parceiras a doação de um total de 36 livros.

Atualmente, o local se prepara para abrir as portas ao público novamente e receber a categoria cheia de novidades. Acompanhe nas mídias do CRP-03 as notícias da sua biblioteca.



CRÉDITO: WUJI LACSAMANA (ISTOCK.ADOBE.COM)

Para entrar em contato e saber um pouco mais é só falar com a bibliotecária através do e-mail **biblioteca@crp03.org.br** ou pelo telefone: **(71) 3019-9208 (ramal 214).**

A sua atuação é Anticapacitista?
Pelo pertencimento de corpos Deficas



CRÉDITO: CRP-03

Janaína Kerollay da Silva Oliveira (CRP-03/22537)

Nome: Janaína Kerollay da Silva Oliveira.
CRP: CRP 03/22537.
Cidade: Salvador - BA.

- Psicóloga Clínica Anticapacitista.
- Palestrante.
- Ex Coodenadora do Grupo de Trabalho Psicologias para pessoas com deficiência do Conselho Regional 03.
- Militante na luta anticapacitista.

Uma frase que levo na minha vida pessoal e profissional é: "Tudo compreender não é tudo perdoar..." de Sigmund Freud. Vivemos em uma sociedade atravessada pelas violências estruturais, como o capacitismo, machismo, racismo, LGBTQIA+-fobia... Sociedade essa que discursa que aprendeu a agir discriminatoriamente, entretanto, continua levando os grupos sociais marginalizados às suas mortes simbólicas e literais. Desde pequena sentia que era o ponto fora da curva, deslocada desse mundo, como se não pertencesse a esse lugar. Fui crescendo e, assim, levada a acreditar que o problema era eu e meus pares. Sou uma mulher Defiça e hoje compreendo que a minha existência e a dos meus é mais uma diversidade humana. A deficiência ainda hoje é compreendida pelo imaginário social como algo ruim, faltante, tragédia pessoal ou biológica. O belo, o ideal e os corpos dignos de afetos são os corpos dentro do padrão, corpo-normativos. Somos seres sociáveis, precisamos viver em grupos sociais nos quais sejamos amados, acolhidos e compreendidos. Mas quando isso não é possível por ser quem somos, por nossos corpos serem descartáveis, acabamos sendo excluídos e segregados, e isso acarreta feridas e dores que levamos ao longo de nossas existências. Compreendendo que a Psicologia ainda caminha para a compreensão e validação da diversidade humana, é necessário que nós, psicólogas/os, tenhamos consciência da escolha de nossa profissão. Não somos detentoras/es de todo o saber, mas temos que honrar o compromisso ético e profissional que juramos ter. Precisamos saber que a nossa atuação é baseada em um papel ético-político, que não podemos ser agentes reprodutores de violências, temos que ser e fazer uma Psicologia pertencente, sermos agentes de mudanças. Estou no início da construção de minha carreira, mas posso dizer que comecei a semear a semente de mudanças dentro de nosso Conselho, pois tive a honra de ser Coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologias para Pessoas com Deficiência do Conselho Regional de Psicologia 03. É necessário trazer pautas anticapacitista e trazer movimentações de dentro do nosso Conselho para fora, para que isso possa refletir na minha atuação e na da/os colegas comprometidas/os com a nossa linda e necessária profissão. O setting terapêutico é um espaço e momento onde a/o paciente/cliente deve se sentir acolhida/o, compreendida/o e validada/o. O que muito me deixa preocupada e desapontada como Psicóloga é que já tive queixas de pacientes e de meus amigos Defiças de que seus respectivos ex-terapeutas, ou atuais terapeutas, não os compreendem quando falam das dores psicológicas que o capacitismo traz em suas vivências, levando, assim, a Psicoterapia a ser mais um lugar de violências. Compreender o outro, as suas vivências, experiências e como a interseccionalidade o atravessa é se despir de seu lugar, muitas das vezes de privilégios, e de seus preconceitos. É de fato dedicar-se e comprometer-se a fazer com que exista uma Psicologia anticapacitista, antirracista, antilgbtqia+fóbica e feminista... Convido a todes colegas a fazerem parte desta caminhada para que a Psicologia seja pertencente a todes. Vem nessa junto comigo?

"Somos seres sociáveis, precisamos viver em grupos sociais nos quais sejamos amados, acolhidos e compreendidos."
Janaína Kerollay da Silva Oliveira



CRÉDITO: CRP-03

Comissão de Interiorização realiza entrega nas oito regiões da Bahia

A solicitação da Carteira de Identidade Profissional (CIP) é uma expectativa após a graduação no curso de Psicologia. É por meio do requerimento para inscrição de pessoa física que de fato a/o graduada/o se tornará uma/um psicóloga/o amparada/o pela Resolução CFP Nº2, de 01 de abril de 2021. A publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) dispõe sobre a confecção, a expedição e o recolhimento de carteiras de identidade profissional das/os psicólogas/os.

Vale destacar que, para a atuação como profissional de Psicologia, é obrigatório ser inscrita/o no regional que compõe o Sistema Conselhos de Psicologia brasileiro. No nosso caso, o CRP-03 corresponde ao estado da Bahia, como preconiza a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões. Para a organização regional do território baiano, a autarquia dividiu a Bahia em oito regiões, são elas: Região metropolitana e Salvador, Sertão/Recôncavo, Sudoeste, Santa Cruz, Extremo Sul, Chapada, Oeste e São Francisco.

A logística da entrega das CIPs segue a sinalização da/o profissional no ato da inscrição que indica qual localidade deseja retirar. As entregas são presenciais na sede em Salvador, nas subsedes, em Feira de Santana e Vitória da Conquista, e no Escritório de Apoio em Itabuna, além disso, com as/os representantes dos Grupos de Interiorização (GTIs) nas demais regiões.



Entrega em Itabuna



Entrega em Santa Maria da Vitória



CRÉDITOS: CRP-03

Entrega em Jequié

Com a pandemia da COVID-19, o processo de solicitação e entrega dos documentos sofreram alterações sinalizadas e orientadas por meio das mídias do regional. Um exemplo disso foi o agendamento pelo site para recebimento da CIP, além das entregas feitas nos dias que antecederam os Pré-Congressos Regionais da Psicologia, nas oito regiões do estado. O XVI Plenário, ao assumir a gestão do CRP-03 em setembro de 2019 até o momento, vem realizando ações que têm como foco a regionalidade, a territorialidade e a interiorização, pois temos como dados que destacam a demanda das/os profissionais no interior, a saber:

	SOLICITAÇÃO DE CIP		
PERÍODO	REGIÃO METROPOLITANA E SALVADOR	INTERIOR	QUANTIDADE GERAL DE CARTEIRAS
SET ATÉ DEZ – 2019	51%	49%	422
ANO 2020	46%	54%	2157
ANO 2021	49%	51%	3623
JAN. ATÉ ABRIL - 2022	45%	55%	1424

As regiões do interior com maior demanda são Sertão/Recôncavo, Sudoeste e Santa Cruz. Juntas as localidades somam cerca de 70% ou mais, das solicitações das/os psicólogas/os interioranas/os. A exemplo de:

	PERÍODO			
REGIÕES	SET. ATÉ DEZ. DE 2019	ANO 2020	ANO 2021	JAN ATÉ MAIO DE 2022
RECÔNCAVO/SERTÃO	31%	36%	31%	35%
REGIÃO SUDOESTE	21 %	20%	21%	28%
REGIÃO SANTA CRUZ	19%	18%	17%	13%

A Carteira de Identidade Profissional (CIP) é o documento de identificação da/o psicóloga/o, nos termos do art. 14 da Lei Nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Não é apenas um trabalho administrativo, de confecção da carteira, é principalmente uma solicitação da ética profissional, um ato simbólico e legal que expressa os investimentos e desejos de ser uma/um psicóloga/o, representando uma etapa final e concreta de tornar-se profissional de Psicologia.



Entrega em Eunápolis



Entrega em Ilhéus



Entrega em Teixeira de Freitas



Entrega em Barreiras



Entrega em Juazeiro



Entrega em Irecê



Entrega em Vitória da Conquista



Entrega em Guanambi



Entrega em Paulo Afonso



Entrega em Luis Eduardo Magalhães

Palestras de Orientação seguem no formato on-line



As Palestras de Orientação, realizadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), seguem no formato on-line. A participação na atividade é requisito obrigatório para o recebimento da Carteira de Identidade Profissional (CIP) na primeira inscrição. Para se inscrever, a/o profissional deve acessar o site do CRP-03, www.crp03.org.br, clicar no banner principal "Palestra de Orientação" e se inscrever nos links disponíveis. A inscrição é feita pelo Doity e o link do evento é encaminhado para a/o participante.

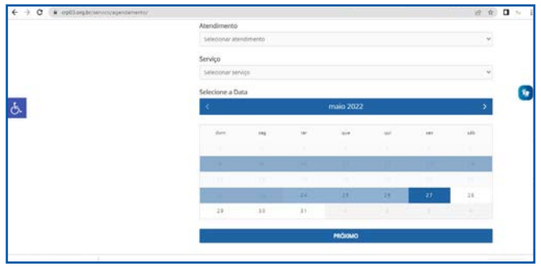
O agendamento para a retirada da CIP só poderá ser efetuado após a participação na palestra. Se essa etapa não tiver sido cumprida, o procedimento será cancelado, sendo necessário que se realize novo agendamento após a participação.

CRP-03 disponibiliza agendamento para retirada de CIP



O serviço de agendamento para retirada da Carteira de Identidade Profissional (CIP) no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) está disponível desde o ano passado com o objetivo de prestar um atendimento rápido e de qualidade para a categoria de psicólogas/os. Os atendimentos presenciais podem ser marcados na sede, em Salvador, na subsede Sertão/Recôncavo, em Feira de Santana, e na subsede Sudoeste, em Vitória da Conquista. No momento, as/os profissionais podem agendar a retirada das CIPs nas modalidades de Entrega com diploma de graduação, Entrega com Certificado de colação de grau, Transferência, Prorrogação da Carteira Provisória, Mudança de Carteira Provisória para Definitiva, Reativação da Inscrição, Segunda Via de carteira profissional e Carteira de Especialista.

A entrega da CIP só será realizada mediante a apresentação dos documentos originais com cópias ou cópias autenticadas, de acordo com o tipo de inscrição solicitada. No caso de primeira inscrição, é obrigatória a participação na Palestra de Orientação. Para agendar os serviços, entre no site do Conselho, www.crp03.org.br, clique no menu Serviços, depois em Agendamento.



Atenção!
Para ser atendida/o é obrigatório o uso de máscara de proteção cobrindo nariz e boca, além de apresentar o esquema vacinal completo.

Fique legal com o seu Conselho

A anuidade é um tributo federal definido pela Lei Nº 5766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. O tributo é imprescindível para assegurar o trabalho do CRP-03, no que diz respeito a orientar e fiscalizar as/os psicólogas/os do estado da Bahia, realizar ações com a finalidade de valorizar a profissão, além de garantir a defesa da categoria e sociedade civil.

O boleto para o pagamento pode ser acessado pelo site da autarquia ou solicitado por e-mail direcionado ao setor financeiro: **financeiro3@crp03.org.br.**

Atualização cadastral

As/os psicólogas/os inscritas/os devem atualizar os dados cadastrais fornecidos ao CRP. O processo é realizado no site do Cadastro Nacional de Psicólogas/os, https://cadastro.cfp.org.br/ ou solicitado ao atendimento do CRP-03: **atende@crpba.org.br.**

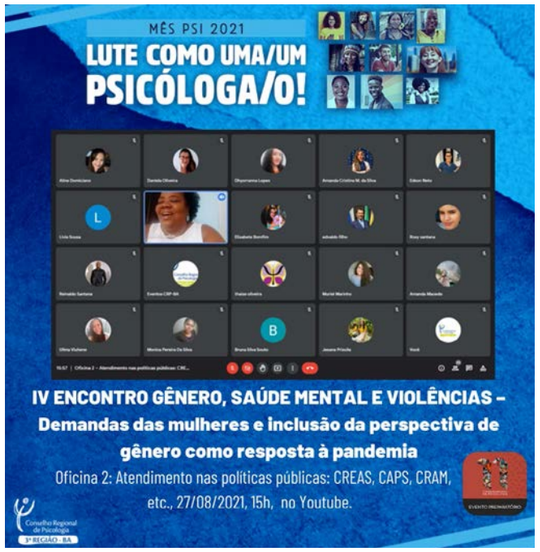
11º CNP: confira o que antecedeu a etapa nacional



O 11º Congresso Nacional da Psicologia (11º CNP) aconteceu entre 02 e 05 de junho, em Brasília-DF. A atividade contou com a presença das/os delegadas/os eleitas/os em todas as etapas regionais, com o objetivo de definir as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia nos próximos três anos. O congresso teve o tema "O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais".

O Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) realizou as etapas anteriores ao CNP no âmbito regional. Inicialmente, a autarquia promoveu 13 Eventos Preparatórios, no formato on-line, a partir de agosto de 2021, com temáticas sobre Educação, Avaliação Psicológica, Políticas Públicas, entre outros assuntos, para o levantamento de propostas levadas posteriormente aos Pré-Coreps.













Os Pré-Coreps foram organizados em formato semipresencial, por áreas geográficas, nas cidades de Itabuna, Porto Seguro, Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê, Juazeiro, Feira de Santana e Salvador para apreciar e sistematizar propostas produzidas nas etapas anteriores e elaborar novas propostas. Nessa fase foram eleitas/os as/os delegadas/os para participar do 11º Congresso Regional da Psicologia da Bahia (COREP-BA).

O COREP reuniu em Salvador as/os 69 delegadas/os eleitas/os em todo o estado, nos oito Pré-Coreps, juntamente com mais sete psicólogas/os convidadas/os. O evento aconteceu no início de abril de 2022, na Unime Paralela, com a finalidade de apreciar e votar as propostas produzidas nas etapas anteriores, para encaminhamento ao 11º CNP. No total, a plenária aprovou 81 propostas, sendo 28 de âmbito nacional e 53 de âmbito regional, pertencentes ao Eixo 1 "Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia", Eixo 2 "Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas" e Eixo 3 "O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental". O caderno do COREP pode ser acessado em Publicações, no site do CRP-03.







CRP-03 visita cidades afetadas pelas chuvas na Bahia

Após se tornar pauta de ações no Fórum dos Conselhos Profissionais da Bahia (FOCO Bahia), as fortes chuvas que atingiram o estado resultaram em outras iniciativas por parte das instituições que compõem o grupo. O Conselho Regional de









Psicologia da Bahia (CRP-03), juntamente com o Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Bahia (CRT BA), realizou no mês de janeiro visitas às cidades afetadas, com todo o apoio logístico do CRT BA. Outras entidades também firmaram parceria, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), além da Fiocruz e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que acompanharam os gabinetes de crise com temática sobre saúde mental.

As visitas serviram para que o regional mapeasse os serviços de Psicologia existentes nos locais, com foco na orientação e fiscalização desses serviços. A autarquia tem o objetivo de realizar um levantamento da realidade nos municípios, no sentido de ter conhecimento sobre as condições de trabalho das/os psicólogas/os, especialmente nas Políticas Públicas e na atuação em equipes multiprofissionais.

As ações do regional não iniciaram este ano. Desde dezembro do ano passado, o CRP-03 e o FOCO Bahia somaram esforços para arrecadar alimentos não perecíveis, água, roupas, brinquedos, materiais de limpeza e de higiene para serem doados às pessoas atingidas pelas chuvas. O Conselho também oficiou municípios, o Estado da Bahia e a União para reiterar a necessidade de ações para prestação de serviços de Psicologia nas regiões afetadas, destacando a importância da atuação da Psicologia nas emergências e desastres de forma remunerada.

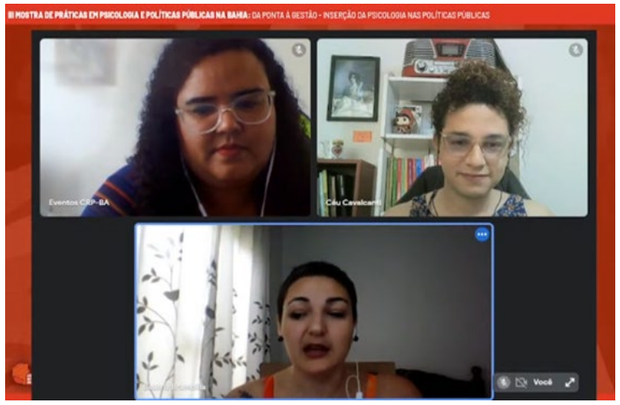
A autarquia também disponibilizou uma lista de textos sobre Psicologia das emergências e desastres para orientar a atuação de psicólogas e psicólogos. O levantamento destas produções foi realizado pela Comissão de Emergência e Desastres do CRP-RJ.

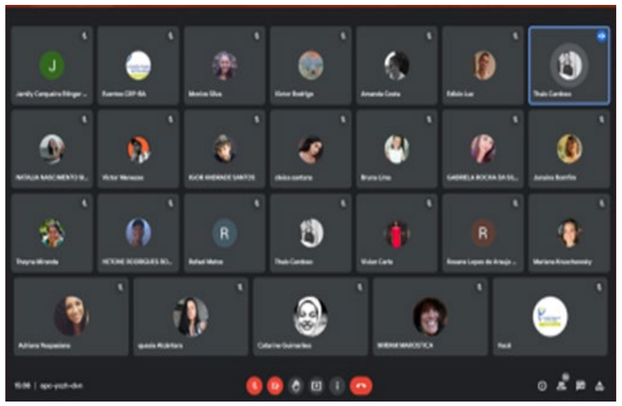
III Mostra de Políticas Públicas realizada pelo CRP-03 contou com 952 inscritas/os

Evento aconteceu em novembro de 2021 com participantes de todo o Brasil

Com o tema “Da ponta à gestão – inserção da Psicologia nas Políticas Públicas”, a terceira edição da Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia aconteceu entre os dias 03 e 05 de novembro de 2021. O evento promovido pelo Conselho Regional de Psicologia da Bahia







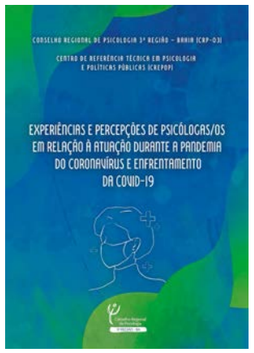
(CRP-03) e organizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas da Bahia (CREPOP-03) foi realizado no formato on-line em respeito às medidas de prevenção da COVID-19. Além de celebrar os 15 anos do CREPOP, a Mostra objetivou a visibilização das práticas ligadas à Psicologia e Políticas Públicas no estado baiano.

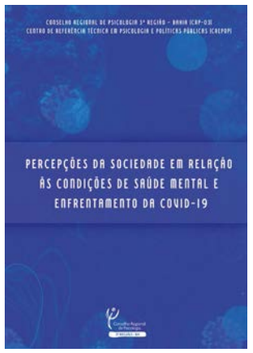
Diferente das edições anteriores, a III Mostra contou com espaços totalmente virtuais. Ainda assim, 952 inscrições foram realizadas, provenientes de estados como Acre, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina, entre outros. O número de trabalhos submetidos para apresentação totalizou em 134, muitos deles produzidos com coautoria de profissionais de outras áreas que atuam com psicólogas/os nas Políticas Públicas. 20 salas de apresentações estavam disponíveis durante a atividade, com conselheiras/os do CRP-03, funcionárias/os e psicólogas/os convidadas/os na condução dos trabalhos. Técnicas/os do CREPOP de Sergipe e Tocantins também auxiliaram no processo, fortalecendo a atuação em Rede do CREPOP no Sistema Conselhos de Psicologia.

Além das apresentações de trabalhos, a grade de programação do evento contou com mesas e conferências que trouxeram discussões sobre Psicologia nos espaços de gestão e controle, contribuições do CREPOP para a Psicologia baiana, desmonte das políticas públicas, e mais outros temas. A Mostra também transmitiu apresentações artísticas do Grupo teatral Apodío e Quadrilha Junina Lume da Fogueira. O conteúdo pode ser acessado no canal crp03vídeos no YouTube. A publicação dos Anais também está disponível no site do CRP-03, na aba CREPOP, em Publicações Regionais.

Conselho produz novas publicações disponíveis para download gratuito

A fim de orientar a categoria sobre temas importantes para a atuação, o CRP-03 produziu novas publicações que estão disponíveis para download gratuitamente.





O material reúne cartilhas, livros, levantamentos e guias. Para baixar, entre no site do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, www.crp03.org.br, aba Comunicação, em Publicações.









Uso de máscara segue obrigatório ao acessar sede, subsedes e escritório de apoio do CRP-03



O Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) informa que o uso de máscaras cobrindo boca e nariz é obrigatório para todas/os as pessoas com acesso à sede, subsedes, escritório de apoio e participação em reuniões de Grupos de Trabalho (GT's) e Grupos de Trabalho de interiorização (GTI's) da autarquia. A deliberação foi tomada durante a 105ª Reunião de Diretoria como medida de prevenção ao coronavírus e com o intuito de proteger todas e todos que transitam nesses espaços.

Além disso, a apresentação do esquema vacinal completo nos locais citados também segue mantida. A comprovação pode ser feita por meio do aplicativo "CONECT SUS" do Ministério da Saúde, com a confirmação das duas doses ou dose única para o público geral, e doses de reforço para o público alcançado por esta etapa da Campanha de Imunização contra a COVID-19.

CRP-03 participa da APAF

O CRP-03 participou da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, nos dias 29 e 30 de abril de 2022, em Brasília-DF. A APAF aconteceu de forma híbrida, com transmissão ao vivo pelos canais do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Durante a Assembleia foram aprovadas minutas de resolução sobre o exercício da psicoterapia, sobre diversidade sexual e gênero, sobre os parâmetros para assistência psicológica em contextos de atenção primária, secundária e terciária de saúde, minuta de nota técnica sobre publicidade profissional, entre outras.

A APAF é realizada pelo menos duas vezes por ano, com a presença de conselheiras/os federais e regionais. A Assembleia foi criada em 1996, no II Congresso Nacional da Psicologia (CNP), como instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia.





Conselho Regional
de Psicologia
3ª REGIÃO - BA

60 ANOS
CONSTRUINDO A
PSICOLOGIA,
COM ÉTICA E
DIREITOS HUMANOS
CRP 03